



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO

**TENSÕES TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE:
O POVO INDIGENA TEMBÉ-TURÉ-MARIQUITA NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU**

JOÃO PAULO CARNEIRO THURY

BELÉM

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Thury, João Paulo Carneiro

Tensões territoriais na Amazônia paraense: o povo indígena Tembé-Turé-Mariquita no município de Tomé-Açu / João Paulo Carneiro Thury. - 2017.

Orientador: João Santos Nahum

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de PósGraduação em Geografia, Belém, 2017.

1. Terras - Divisão e demarcação - Amazônia. 2. Assentamentos humanos - Tomé-Açu (PA). 3. Povos indígenas - Tomé-Açu (PA). 4. Índios Tembé - Tomé-Açu (PA) . 5. Conflitos étnicos - Tomé-Açu (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 307.72098115

JOÃO PAULO CARNEIRO THURY

**TENSÕES TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE:
O POVO INDIGENA TEMBÉ-TURÉ-MARIQUITA NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum

BELÉM-PA

2017

JOÃO PAULO CARNEIRO THURY

**TENSÕES TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE:
ÍNDIOS TEMBÉ-TURÉ-MARIQUITA EM TOMÉ-AÇU (PA)**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Data de Aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. João Santos Nahum (PPGEO/UFPA)
Orientador

Prof. Dr. José Sobreiro Filho (PPGEO/UFPA)
Examinador Interno

Prof. Dr. Luis Fernando Cardoso e Cardoso (PPGSP/UFPA)
Examinador Externo

À Clara Pires Thury, que me deu força
e coragem para esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de pós-graduação em Geografia e o corpo Docente.

Aos meus colaboradores que tanto contribuíram para a criação da pesquisa, sendo eles: Erika Oeiras, Isa Alencar, Rafaela Simão, Joana Rodrigues e Hélio Rasta e claro aos colegas de classe do PPGEO.

Ao ministério Público Federal especificamente o procurador da republica Patrick Colares e o Procurador Regional da República da Primeira Região o Sr. Felício Ponte Junior. Ao André Alves, representante da Fundação nacional da Índio - FUNAI.

Aos caciques Emídio Tembé e Lúcio Tembé e ao seu povo que vive no Território Tembé Ture Mariquita. Um agradecimento especial a Paula Pires, mãe da Clara Pires Thury, nossa filha que sempre ficou bem cuidada e passou a segurança para fazer a pesquisa e o campo necessário. A minha mãe Inácia Carneiro e meu pai Lourenço Thury que sempre me apoiaram e acreditaram em mim. Por eles eu faço tudo.

Índios Meninos

Para Roberto da Matta

O que me intriga é descobrir que fim levaram os 11 índios meninos (cada um de uma tribo) que Nassau embarcou consigo, quando deixou vencido o Recife.

- Teriam fenecido no mar de enjôo, escorbuto e pranto?
- O que faziam no frio dos plácidos como nudez ingênuas?
- Casaram, chegando à Holanda?
- Foram bons pais de família?
- Ou viraram homens de negócio e acionistas da Phillips, esquecendo-se das penas que passaram no Brasil colônia?
- Chegaram a ter descendentes? Ou retornaram aos costumes, e agora como hippies habitam os fundos da velha Dome?

Affonso Romano de Sant'Anna

RESUMO

A pesquisa busca analisar uma situação geográfica que ocorre na fronteira amazônica, territórios de tensões e conflitos, em que os povos da floresta têm suas terras ameaçadas pelo novo processo de colonização. Sendo assim, o direito dessas populações é violado, e o poder judiciário passa a ser a saída na resolução dessas questões. O objetivo da dissertação consiste em entender as tensões territoriais entre a empresa Imerys e Biopalma com os índios da tribo dos Tembé Turé-Mariquita em Tomé-Açu e entre os Indígenas a partir das transformações provocadas com a chegada da empresa no entorno dos territórios Tembé. Essa tensão não é apenas interna aos territórios, mas externa onde as relações institucionais como a Funai, Ministério Público Federal e centros de pesquisa tencionam a vida dos indígenas. Os procedimentos operacionais utilizados consistem em: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo; entrevistas; análise documental e confecção de mapas. Inicialmente pretendeu-se fazer uma análise histórica da trajetória da Etnia Tembé Tenetehara; no segundo momento foi analisada a chegada do estrangeiro no território e no terceiro momento analisamos as tensões territoriais.

Palavras-chave: Tensões Territoriais. Tembé Turé Mariquita. Amazônia. Conflitos.

ABSTRACT

The research seeks to analyze a geographical situation that occurs in the Amazon frontier, territories of tensions and conflicts, in which the forest peoples have their lands threatened by the new colonization process. Thus, the rights of these populations are violated, and the judiciary becomes the way out of these issues. The objective of the dissertation is to understand the territorial tensions between the company Imerys and Biopalma with the Temb  Tur -Mariquita Indians in Tomé-A u and among the Indigenous people, due to the transformations brought about by the arrival of the company around the Temb  territories. This tension is not only internal to the territories, but external where institutional relations such as Funai, Federal Public Ministry and research centers intend the life of the indigenous. The operational procedures used consist of: bibliographic research, field research; Interviews; Document analysis and mapping. Initially it was intended to make a historical analysis of the trajectory of the Temb  Tenetehara Ethnicity; In the second moment was analyzed the arrival of the stranger in the territory and in the third moment we analyze the territorial tensions.

Key words: Territorial tensions. Temb  Tur  Ladybug. Amazon. Conflicts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trajetória da Etnia Tenetehara no Período de 1613 a 2016.....	30
Figura 2 - Placa do Governo Federal.....	31
Figura 3 - Imagens de antes e depois da Construção da nova Escola	32
Figura 4 - Complexo do Posto de Saúde na Aldeia Turé-Mariquita	33
Figura 5 - Cemitério na Aldeia Turé Mariquita.....	34
Figura 6 – Mapa Político Administrativo Município de Tomé-Açu	38
Figura 7 - Localização da Terra Indígena Turé-Mariquita II	40
Figura 8 - Casa na Terra Indígena Turé Mariquita II	42
Figura 9 - Igarapé Água Branca	44
Figura 10 - Mapa de Perambulação dos Indígenas Tembé Turé Mariquita de 1961à 2016.....	46
Figura 11 - Trato de carne de caça consumida na Terra Indígena Turé-Mariquita II	47
Figura 12- Atividades agrícolas e criação de gado na Terra Índigena Turé Mariquita II	49
Figura 13 - Produção de Farinha na Terra Indígena Turé Mariquita II.....	50
Figura 14 - Mapa da Localização dos dois Minerodutos	58
Figura 15 - Mapa das Aldeias Turé, Teknay, Nova e Pitawa. Ano 2016	66
Figura 16 - Gráfico da população residente nas aldeias do Território Tembé, ano 2016.....	68
Figura 17 - Mapa da Aldeia Teknay - ano 2016.....	70
Figura 18 - Mapa do Corredor de Conflitos no Território Tembé Turé-Mariquita.....	72
Figura 19 - Placa da terra doada pela Biopalma aos indígenas da Etnia Tembé.....	78
Figura 20 - Construção feita pelos madeireiros no local do conflito.....	79
Figura 21 - Mapa do Corredor de Conflitos no Território Tembé Turé Mariquita	80
Figura 22 - Os possíveis impactos ambientais no entorno das TIs Tembé Turé-Mariquita....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Animais Consumidos e Instrumentos Utilizados na Captura de Caças.	47
Tabela 2	Atividades Remuneradas Registradas nos Territórios Tembé.....	50
Tabela 3	Área para Cultivo do Dendê na Microrregião de Tomé-Açu.....	61
Tabela 4	Dinâmica Populacional das Aldeias.....	66
Tabela 5	Repasse Financeiro Relativo ao Período de 2006 a 2010.....	82
Tabela 6	Repasse Financeiro Relativo ao Período de 2011 a 2015.....	82

LISTA DE SIGLAS

ADCRA	Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí
ADM	Archer Daniels Midland
AF	Amarelecimento Fatal
AGROPAR	Companhia Agroindustrial do Pará
ANP	Agência Nacional do Petróleo
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
BASA	Banco da Amazônia S.A
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BBB	Belém Bioenergia Brasil
BRS	Brasil Sementes
COFF	Cachos Frutos Frescos
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEIB	Comissão Executiva Interministerial
CNPDS	Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê
CODENPA	Companhia Dendê Norte Paraense
CONFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COOPARAENSE	Cooperativa Agrícola Mista Paraense
CPA	Companhia Palmares da Amazônia
CRA	Companhia Refinadora da Amazônia
CRAI	Companhia Real Agroindustrial S.A
DEFID	Departamento para o Desenvolvimento internacional
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DENPAL	Dendê do Pará S.A.

DENPASA	Dendê do Pará S.A.
DENTAUÁ	Dendê do Tauá
EERU	Estação Experimental do Rio Urubu
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FINAN	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FNO	Fundo de Financiamento do Norte
FASE	Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educação
GDEA	Grupo Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia
GESPAN	Gestão Participativa de Recursos Naturais
GALP	Petróleos e Gás de Portugal
HIE	Híbrido Interespecífico
ISSO	International Organization for Standardization
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRHO	Institut Recherches Pour Lês Huileset Les Oleagineux
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MZEE	Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal

PBIO	Petrobras Biocombustível
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro
PIN	Programa de Integração Nacional
PIS	Programa de Integração Social
PNPB	Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PPA's	Planos Plurianuais
PPSOPB	Programa de Produção Sustentável de óleo de Palma no Brasil
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
REASA	Reflorestadora da Amazônia S.A
RMA	Reflorestadora Moju Acará
RSPO	Roundtable on Sustainable Palm Oil
SAGRI	Secretaria de Agricultura do Estado do Pará
SIG	Sistema de Gestão Integrado
EMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará
SPVEA	Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UEPA	Universidade do Estado do Pará
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico
ZAE	Zoneamento Agroecológico

SUMÁRIO

Introdução	16
Capítulo 1: Os Territórios Tembé dos Tenetehara aos Turé Mariquita	23
1.1. Histórico dos Territórios da Etnia Tenetehara.....	24
1.2. Os Territórios do Povo Indígena Tembé Turé Mariquita.....	28
1.3. Elementos da Paisagem do Território Tembé Turé Mariquita.....	31
1.4. As Configurações Territoriais das Terras Indígenas Turé Mariquita I e II....	36
1.5. Dinâmica Socioespacial das Aldeias.....	43
Capítulo 2: A Chegada do Estranho nos Territórios Tembé Turé Mariquita	53
2.1. A Segmentação do Mineroduto nas Terras Indígenas.....	54
2.2. O Dendê na Amazônia Paraense.....	59
2.3. A Biopalma em Tomé-Açú.....	61
Capítulo 3: Tensões Internas e Externas nos Territórios Tembé Turé Mariquita	65
3.1. Tensões Internas nos Territórios Tembés.....	71
3.2. O Acordo com a empresa Pará Pigmentos.....	81
3.3. Possíveis Impactos Ambientais no Território Indígena.....	84
3.4. Conflitos Internos entre os Indígenas.....	89
3.5. Tensões Externas aos Territórios Tembé.....	91
4. Considerações	94
Referências	96

INTRODUÇÃO

A situação geográfica que estudamos tem sua temporalidade no início da década de 1960, mais precisamente em 1961, com a chegada de Porangati Tembê às margens do igarapé Turé. Esse lugar caracterizava-se pela configuração de um meio natural, onde a caça, coleta e plantio eram as atividades mais praticadas no território. Esta situação se modifica em 1995, quando a empresa Pará Pigmentos corta o território Tembê com o mineroduto, se estendendo até a primeira década do século XXI, com a chegada da empresa Biopalma da Amazônia S/A Reflorestamento Indústria e Comércio ao nordeste paraense, que nesse período adquiriu mais de 100 fazendas de gado, através do Sistema de Cadastro Ambiental Rural da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará - SEMAS, visando plantar a palma do dendê. Dessas, três localizam-se no entorno dos territórios indígenas dos Tembê Turé-Mariquita.

Para o entendimento das metamorfoses sofridas neste espaço, a pesquisa enfatiza o período atual, no início do século XXI, em que foi analisada a natureza das relações entre os indígenas e as empresas. Neste sentido, a pesquisa investigou os encontros e desencontros entre as empresas e a tribo, a partir da tensão estabelecida naquele território.

A chegada das empresas no entorno dos territórios indígenas causou estranhamento, uma vez que, notadamente corporativistas, demonstram uma dificuldade em reconhecer os indígenas. Esta discussão entra em pauta, sobretudo pela posição dos atores no contexto da pesquisa. Tomando como referência a análise de Martins (1993), o estranho não é só o dominado, o indígena, mas é também o invasor de terras e tribos, aquele que expulsa camponeses, quebra linhagens de famílias, destrói relações sociais, clandestiniza concepções culturais, valores e regras.

Martins (1993) cita os estudos de hidroelétricas, rodovias, planos de colonização, que são considerados de grande impacto social e ambiental, onde geralmente não trazem benefícios as populações locais. Entendemos que é o caso da implantação tecnológica do plantio dendê em torno da Terra Indígena, onde são usados maquinários de grande porte, que alteram a paisagem e o ambiente local, rasgando a terra e intensificando a monocultura do dendê, podendo potencializar os impactos socioculturais, sobretudo as tensões decorrentes desse processo.

Neste caso, as estradas onde trafegava somente um veículo por vez, hoje transitam caminhões, tratores e veículos em alta velocidade, sendo que essa transformação teve o

objetivo de melhorar a eficiência e modernizar o processo de deslocamento e a logística da produção. Portanto, esse investimento não é direcionado à melhoria da qualidade de vida do povo Tembé Tenetehara.

A realidade vivenciada pelo encontro conflituoso da tribo com a empresa representa um choque de interesses e tem temporalidades distintas, marcadas pela tensão entre um meio natural dos territórios indígenas e um meio mais técnico-científico da área das empresas, onde os sistemas de objetos estabelecidos do entorno das terras indígenas representam ações que resultam de interesses e se diferem ao lugar (SANTOS, 2008).

No contexto histórico, com a chegada da crise mundial do petróleo na década de 1970, muitos países incentivaram a pesquisa e a procura por fontes de energia renováveis, inicialmente para reduzir os impactos ambientais causados pela forma de extrair o “ouro negro” do subsolo e, sobretudo, prevendo que no futuro será necessário suprir a demanda do mundo industrializado. Um dos estímulos foi a pesquisa de óleos vegetais para produzir o biodiesel, que se constitui como alternativa de grande potencial no uso de biocombustíveis, cuja matérias-primas são fontes renováveis de biomassa .

No território brasileiro, as pesquisas sobre óleos vegetais tiveram início na década de 1980. Instituíram-se vários programas nacionais que visavam desenvolver pesquisas tecnocientíficas para a produção de óleos vegetais para a substituição do de óleo diesel, tais como: Programa Nacional de Produção de Óleos Vegetais para fins Energéticos (Proóleo, 1980), Programa Nacional de Alternativas Energéticas Renováveis de Origem Vegetal (OVEG, 1983); e, já no ano de 2004, o programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel (PNPB).

Segundo Nahum e Bastos (2014), em sua análise sobre a evolução dos contratos do PRONAF-ECO no Pará entre 2005 e 2014, em cinco décadas, a área plantada da palma africana conhecida como dendê vem crescendo no estado do Pará. Em 2005 havia poucos municípios com plantio em seus territórios, tais como: Ananindeua, Moju, Benevides e Igarapé Açu. Hoje, podemos encontrar o dendezeiro em mais de 15 municípios, entre estes: Abaetetuba, Acará, Aurora do Pará, Baião, Bujaru, Cametá, Castanhal, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Garrafão do Norte, Igarapé-Açu, Irituia, Mãe do Rio, Mocajuba, Moju, São Domingos do Capim, Tailândia e Tomé-Açu, o que tem mudado a paisagem e o cenário da agricultura do estado. Para Alves (2013), a chegada das transnacionais Vale e Petrobrás, que estão plantando dendê com a intenção de produzir biodiesel, indica uma expansão acelerada na região amazônica.

Esses conglomerados de empresas nacionais e multinacionais que já atuam no estado do Pará, contam com apoio dos governos federais, estaduais e municipais (NAHUM; BASTOS, 2014). Pode ser citada como exemplo a empresa Biopalma, no município de Tomé-Açu, cujo lançamento aconteceu em maio de 2010, pelo Presidente Lula, no âmbito do Projeto Norte de Produção Sustentável de Biodiesel da Petrobras a partir do óleo de palma (dendê), e do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no Brasil, que deve consolidar o maior polo industrial de biodiesel do mundo.

Em uma região de fronteira econômica, sempre ou quase sempre resulta num “encontro de sociedades”, ou seja, entre aqueles que chegam e a população residente. Essa relação é marcada por um enfrentamento, que consiste num processo de resistência em oposição a uma nova dinâmica territorial. Essa oposição deve ser compreendida como um processo histórico, geográfico e simbólico. Entendemos que, tanto o espaço quanto o tempo têm significados diferentes entre os povos, em uma realidade marcada por intencionalidades.

Essa dinâmica territorial evidencia que, segundo Silva (2012, p. 8), o território tem uma gama de significados e representações, que são concebidas, compreendidas, sentidas e vivenciadas por seus habitantes; inversa, não possui o mesmo nível de apreensão para os demais que não possuem pertencimento com o território (SILVA, 2012).

Esse território em tensão que aqui se define como objeto de pesquisa, trata-se do limite entre o mineroduto, as plantações de dendê e as terras indígenas. Diante da tensão social, buscamos compreender os elementos constituintes dessa tensão territorial, visto que a chegada da Pará Pigmentos e da Biopalma em áreas do entorno dos territórios Tembê desencadeou essas tensões.

O pressuposto de tensão territorial ampara-se, por exemplo, nos processos judiciais que se encontram em andamento ou mesmo encerrados no Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde as partes envolvidas são os Indígenas moradores dos territórios Tembê, as empresas (Pará Pigmentos Biopalma), Ministério Público Federal (MPF), colonos moradores/madeireiros das proximidades dos territórios Tembés.

O território, entendido como extensão apropriada e usada, pode ser analisado como espaço de tensão e de *commodities*. Sobre esta questão, Castro (2012) discute esse novo momento de intervenção no território amazônico. Este momento pode ser considerado a partir de uma visão neocolonial, devido à exploração do dendê no entorno das terras indígenas.

Para nortear o eixo estruturante do presente estudo, alguns questionamentos se tornam relevantes: Quais os impactos ocorridos nos territórios Tembé a partir da chegada das empresas? A chegada das empresas gerou tensão territorial com os Tembé? Sendo assim, levantaram-se as seguintes hipóteses:

- A chegada das empresas gerou transformações à dinâmica social e ambiental da área analisada, tais como: o aumento das atividades remuneradas, com a contratação de três indígenas como vigilantes dos picos que marcam os limites dos territórios indígenas; a chegada e permanência de famílias não indígenas dentro do território, e usando as estruturas reservadas à comunidade residente. Além disso, a abertura de estradas para circulação de veículos da empresa modificou consideravelmente a paisagem, os pequenos ramais deram lugar a rodovias, a exemplo da Transbiopalma e o repasse de terras para a população indígena pela empresa Pará Pigmentos.

- As situações de tensões territoriais desencadearam conflitos e desencontros entre as empresas, índios colonos/madeireiros, podendo ser constatadas a partir dos 14 processos no Superior Tribunal de Justiça, sendo as partes o Ministério Público Federal, os índios Tembé Turé-Mariquita, as empresas transnacionais Pará Pigmentos e Biopalma, e os colonos/madeireiros.

O objetivo geral consistiu em entender qual a razão e como a chegada das empresas nas áreas do entorno dos territórios Tembé desencadeou tensões territoriais no lugar. E os objetivos específicos são:

- Caracterizar o território usado pelos Tembé antes da chegada da Pará Pigmentos e Biopalma;
- Analisar as condições políticas e territoriais que permitiram a inserção da Biopalma na região;
- Analisar as mudanças e permanências no uso do território pelos Tembé a partir da chegada das empresas.
- Interpretar geograficamente os conflitos territoriais emergentes desse encontro.

A metodologia da pesquisa adota a definição de situação geográfica, formulada pela geógrafa Maria Laura Silveira (1999), como um recorte da história do presente. Todavia,

para o entendimento da realidade atual se fez necessário elaborar esquemas para reconstruir as condições originárias da formação dos territórios Tembé, resgatando elementos da configuração geográfica anterior à chegada das empresas. Este cenário é fundamental para o que se apresenta no contexto em que a empresa adquiriu, entre outras, as fazendas Três Irmãs, Eikawa e Campo Belo, cujos territórios estão no entorno das Terras Indígenas (TI) Turé-Mariquita I, (TI) Turé-Mariquita II e (TI) Aldeia Nova.

Para delimitarmos uma empiria de relevância científica, metodologicamente efetiva e eficaz na a geração de dados, resultados e análises substanciais, a questão histórica refere-se à chegada da Pará Pigmentos e da Biopalma no entorno das Terras Indígenas e o fato social consiste no (des) encontro entre os Indígenas Tembé, as empresas e os colonos/madeireiros, referida como estranhamento do outro. Adota-se a periodização da situação geográfica do lugar anterior à chegada das empresas, e posterior à mudança da dinâmica social dos indígenas e da configuração territorial do lugar, a partir dessa chegada, vista como um veículo ou um vetor de possibilidades existentes numa formação social (SANTOS, 2012).

Nesta análise abordamos uma realidade em movimento, que não pertence à mesma época, com isso, foi necessária a delimitação de um tempo, uma periodização (SANTOS, 2008), uma noção de período que nos leva a duas outras. Uma seria de “regime”, dado pelo conjunto de elementos em harmonia, ao longo de um tempo relevante, mas cuja evolução não é homogênea. Essas variáveis funcionam em conjunto devido à existência de uma organização encarregada de impor as regras com o passar do tempo, em que a organização deixa de ser eficaz. Daí emerge a segunda noção, quando se dá uma ruptura, sinal de crise e de passagem a outro período.

A temporalidade considerada neste estudo envolveu a abordagem dos determinantes históricos, com ênfase na formação do povo Tenetehara desde 1613, momento em que os jesuítas iniciaram a catequese até o início da década de 1960. Na descrição dos territórios indígenas Tembé Turé-Mariquita, ainda no primeiro capítulo apresenta-se uma narrativa histórica desde 1961, quando ouve a integralização dos Indígenas, passando por 1995 com a chegada da Pará Pigmentos no território, ate 2007, momento em que o Grupo Transnacional MSP cria a BioPalma, de fato, não de direito, pois no seu estatuto social consta a data de criação em 28 de janeiro de 2011. Portanto, este resgate refere-se à situação geográfica antes da chegada da das multinacionais no entorno dos territórios.

Para a descrição e análise da situação geográfica pós-chegada das empresas na região, foi adotada a temporalidade de 1995 a 2015, período em que as empresas foram implantadas e suas ações implementadas. A pesquisa de campo inicial foi realizada nos dias 15, 16, 17 e 22, 23 e 24 de maio de 2015. No survey houve reuniões iniciais com os caciques nas três aldeias. No retorno, foram feitas coletas de dados e captura de imagens e pontos de GPS nas aldeias. Na fase da coleta de dados seguimos orientação de Geertz (2008), no intuito de produzir uma descrição densa das tensões territoriais. Feitos registros escritos e utilização de recursos audiovisuais como fotografias, captação de imagem e som, entrevistas qualitativas e quantitativas.

O primeiro capítulo caracteriza o território usado pelos Tembé antes da chegada da Pará Pigmentos e da Biopalma. Neste contexto, de acordo com Silveira (1999), foi analisada a situação geográfica antes da chegada das empresas, com ênfase na paisagem, na configuração territorial, na dinâmica espacial, enfim, no território usado.

Enfatiza-se o papel da natureza, do trabalho (produção), a pesca, a agricultura, a caça e a coleta, com aprofundamento nos estudos dos territórios Tembé. De início, apresenta-se um histórico dos Tenetehara, etnia que se desvinculou há séculos dos Guajajara do Maranhão. Enfatiza-se o território usado pelos indígenas da etnia Tembé Turé-Mariquita, remanescentes dos Tembé Tenetehara, moradores das margens do Igarapé Turé em Tomé-Açu, e ao longo dos anos o seu território passou de uma para quatro aldeias. Em suma, neste capítulo discorreremos sobre o meio natural, tal como enunciado por Santos e Silveira (2001).

O segundo capítulo trata das condições políticas, técnicas e territoriais que possibilitaram a chegada da Pará Pigmentos e da Biopalma. Destacam-se os caminhos e descaminhos para obtenção de terras nas áreas do entorno dos territórios indígenas Tembé Turé-Mariquita, no final da década de 2010. O Estado sempre está associado aos interesses das grandes organizações mundiais, viabilizando a criação de instrumentos, normas e planos para legitimar as atividades empresariais. Com isso, buscou-se o entendimento da chegada das empresas no nordeste paraense e, mais precisamente, no município de Tomé-Açu.

O terceiro capítulo analisa o encontro e as tensões relativas ao uso do território pelos Tembé a partir da chegada das multinacionais, enfatizando-se os impactos gerados nesses territórios. Outro tópico dedica-se demonstrar e interpretar geograficamente os conflitos territoriais emergentes desse encontro.

Por último, a conclusão da pesquisa fundamenta-se nas análises de campo, nas fontes teóricas e documentais e, sobretudo, nos quatorze processos judiciais que subsidiaram os dois

principais objetivos da pesquisa: o primeiro esforço seria demonstrar e analisar cientificamente a existência de um conflito; ou outro comprovar que as atividades das empresas estão impactando os territórios indígenas.

Os procedimentos operacionais a serem utilizados na pesquisa consistiram em: pesquisa de campo para observação direta da paisagem a fim de identificar as transformações ocorridas no território; análise documental e estatística com depoimentos e narrativas; confecção de mapas para denotar a localização da área de estudo, a espacialização das atividades da empresa; a configuração territorial e os impactos decorrentes do encontro e desencontro entre os índios e a empresa.

A pesquisa iniciou-se com base na existência de um conflito entre a Biopalma e os indígenas do povo Tembe Ture Mariquita e com isso começamos a nos basear inicialmente partir de biografias que debatem o tema, assim como também, pesquisas em jornais e internet. A partir disto percebemos a existência de mais conflitos, agentes, que por conseguinte, através de debates foi definido que trataríamos das tensões territoriais aos invés de conflitos.

A metodologia analítica territorial que utilizamos, foi o autor Milton Santos nos livros “Metamorfose do Espaço Habitado” e “O Brasil território e sociedade no século XXI”, onde o autor além de renovar o objeto geográfico, qualifica as transformações do processo espacial em curso e com muito requinte e concisão ao debate as categorias fundamentais para o estudo do fenômeno espacial, como as tendências do uso do território, o que influenciou a análise final de tensões internas e externas aos territórios indígenas Tembe Ture mariquita. O segundo livro, que tem dois objetivos, mostra de forma globalizada a realidade nacional e através dos aspectos mais integradores do território. Ele trás o debate onde a categoria de análise não é o território em si, mas o território utilizado. Com essa noção é possível definir qualquer pedaço de território, levando-se em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza e o seu uso e também inclui a ação humana, isto é, o trabalho e política.

O livro do Jose de Souza Martins “A chegada do estranho” e a produção disponível sobre a dinâmica territorial na Amazônia do PPGEU da UFPA subsidiou o segundo capítulo, onde o principal objetivo foi mostrar a chegada das empresas Pará pigmentos, Imerys e Biopalma na Amazônia, no Pará e em Tome Açu. E com isto, a partir da leitura e análise dos livros citados acima decidimos que a descrição da paisagem, as condições das configurações territoriais e a dinâmica socioespacial demonstram o território apropriado e usado. E com os elementos da paisagem, a configuração territorial e a dinâmica socioespacial descritas e a

chegada das empresas demonstradas, a preocupação era de como analisar esses territórios cheios de tensões dentro do território indígena, onde a primeiramente análise foi à dicotomia entre tensões internas e externas aos territórios.

A partir da leitura do capítulo “sobre a geografia” do livro *Microfísica do Poder* de Michel Foucault em 1986, organizado e traduzido por Roberto Machado, onde o texto que decorre é fruto de uma entrevista dada a uma revista “Hérodote” coordenada pelo geógrafo Yves Lacoste. O filósofo é questionado se havia esquecido a geografia na sua arqueologia do saber. Em sua resposta fala que não daria conta de fazer a análise de todas as ciências e conhecimentos do mundo, contudo, dos domínios da genealogia que fez em sua obra, comentou que foi estimulado porque ali havia combate, linhas de força, pontos de confronto e tensões. Mais uma pergunta é feita, “existe pontos de confronto, tensões, linha de força na geografia?”. Foucault responde que estava ligado nos combates que tinha experiência e que cabe a nós geógrafos, que estamos intimamente ligados a ciência, aprofundar no que deparamos com esses confrontos de poder na análise geográfica e enfrenta-los para criarmos instrumentos para combate.

Sendo assim, a análise bibliográfica citada, acima, foi a base para metodologia analítica desta pesquisa, para contudo entendermos que o aprofundamento dos conceitos citados por Foucault como combate, pontos de confronto, linhas de força e tensões devem ser aprofundados e é proposto para o futuro desta pesquisa inovadora no campo da geografia.

CAPÍTULO 1: OS TERRITÓRIOS TEMBÉ – DOS TENETEHARA AOS TURÉ-MARIQUITA

Não faz muito tempo a terra tinha dois bilhões de habitantes, isto é, quinhentos milhões de homens e um bilhão e quinhentos milhões de indígenas. Os primeiros dispunham do Verbo, os outros pediam-no emprestado. Entre aqueles a estes, régulos vendidos, feudatários e uma falsa burguesia pré-fabricada serviam de intermediários. As colônias a verdade se mostrava nua; as “metrópoles” queriam-na vestida; era preciso que o indígena as amasse. Como às mães, por assim dizer. A elite europeia tentou engendrar um indigenato de elite; selecionava adolescentes, gravava-lhes na testa, com ferro em brasa, os princípios da cultura ocidental, metálicos na boca mordanças sonoras, expressões bombásticas e pastosas que guardavam nos dentes; depois de breve estada na metrópole, recambiava-os, adulterados.

Jean Paul Sartre
Prefácio do livro de Franz Fanon
Os Condenados da Terra

Neste capítulo iniciamos a apresentação da situação geográfica antes da chegada da Biopalma, com base em Silveira (1999). Apresenta-se um histórico do povo Tembé Tenetehara, etnia descendente e desvinculada dos índios Guajajara do Maranhão há séculos e por fim, analisamos o uso do território pelos indígenas da etnia Tembé Turé-Mariquita, remanescentes dos Tenetehara, onde a relação com a natureza consiste na apropriação dos aspectos fundamentais ao exercício da vida, e as condições naturais que constituem a base material da subsistência do grupo.

Nesse contexto, o indígena também representa os grupos preexistentes e as suas formas tradicionais de organização social, econômica e do espaço. Desse modo, os indígenas são considerados, caracterizados ou, inclusive, estigmatizados, seja como um obstáculo ‘natural’, seja, por vezes, um dado da expansão capitalista. Portanto, exigem um tratamento especial, pois quando o velho não pode colaborar para a expansão do novo, a lógica do capital manda que seja eliminado (SANTOS, 2012, p. 106).

A chegada das empresas multinacionais Pará Pigmentos e Biopalma, essencialmente representadas pelas inovações, cuja matriz atual é dada pela ciência e pela tecnologia, ou seja, o uso de equipamentos de alta performance e livre acesso e acesso à informação e à comunicação; e os mecanismos ultrassofisticados de captura de imagens, de acumulação e da poupança, transportes modernos etc. (SANTOS, 2012, p. 106). O velho é, sobretudo, o domínio das relações sociais, da provisão de serviços públicos, da maior parte da produção destinada ao consumo, dos transportes de massa, assim como as velhas formas de povoamento (SANTOS, 2012, p.106).

Afinal, os mecanismos de mercado aparecem triunfantes, trazendo o novo e conservando o velho, em função dos ditames da produção, impondo o externo ao interno nos setores onde isso lhes convém e arrastando o Estado para a órbita dos interesses privados. A internalização do externo, a renovação do antigo a serviço das forças de mercado não seria possível sem o apoio do Estado, mesmo que não deliberado.

Neste capítulo enfocamos a paisagem, a configuração territorial, a dinâmica espacial, enfim, o território usado, destacando seu modo de vida e nele o papel da natureza, do trabalho (produção) a pesca, a agricultura, a caça e a coleta, no intuito de aprofundar os estudos dos territórios Tembé antes da chegada das empresas. Para tanto nós fizemos os trabalhos de campo, utilizando a história oral, pesquisa bibliográfica e metodologia cartográfica e iconográficas, o que permitiu a reconstituição dos elementos desta pesquisa. Para isto, esta análise iniciou-se em 1613, onde os jesuítas começaram os trabalhos de catequese entre os Tenetehara da região do baixo rio Pindaré no antigo estado colonial do Grão-Pará-Maranhão.

1.1. Histórico dos Territórios da Etnia Tenetehara

O Povo Tenetehara que habita o vale amazônico entrou em contato com outras culturas há mais de trezentos anos; seu modo de vida foi bastante modificado da forma original, e representam hoje um dos poucos remanescentes dos povos Tupi-Guarani (GALVÃO, 1978). O termo Tenetehara significa *gente* ou *eu* ou *nós*, marcando a distinção com o outro que não é Tenetehara. Os índios Tembé são originários dessa etnia (DUARTE, 1997).

Os Tenetehara são índios da mata, que ocupam a floresta tropical, exceto por raras elevações nas cabeceiras dos rios Mearim, Grajaú e Pindaré no estado do Maranhão até os rios Gurupi, Guamá, Capim e Acará Mirim a nordeste do estado do Pará (GALVÃO, 1978).

As características da floresta amazônica, com vegetação densa e terreno plano, clima tropical úmido, oscilando entre as chuvas no período de inverno e secas no verão, dificultam o acesso tanto por terra quanto pelos rios e igarapés; somando-se, ainda, fatores como a ausência ou dificuldade de acesso aos recursos naturais, bem como de escoamento da produção, que impediram ou inibiram a atração de colonos durante os primeiros séculos de colonização e, conseqüentemente, protegeram os índios do contato com os homens brancos por um período.

Segundo os cronistas e viajantes exploradores da época, os Tenetehara habitavam a região do Vale do Alto rio Pindaré, no Maranhão, nos séculos XVII e XVIII, mantendo seus primeiros contatos com os Jesuítas da Companhia de Jesus (NIMUENDAJU, 1915). Em 1613, os jesuítas iniciaram os trabalhos de catequese entre os Tenetehara do Pindaré.

No ano de 1653, quando o padre jesuíta Francisco Velloso viajou para o alto Pindaré, no intuito de encontrar os Tenetehara que soubera estarem divididos em seis territórios, todos falantes da língua geral, em um lugar chamado Itaqui. Ao chegar ao aldeamento, o padre ficou surpreso ao encontrar o local praticamente abandonado, pois os indígenas haviam se refugiado na mata com medo dos caçadores de escravo. Velloso então persuadiu os indígenas que ficaram na aldeia a buscar os demais no interior da floresta, contudo, os enviados não retornaram. Velloso, forçado pela falta de alimento, abandonou a aldeia e voltou para a ilha do Maranhão, importante centro colonial, acompanhado de alguns poucos índios catequizados (MORAES, 1860).

Nos anos seguintes os jesuítas empreenderam várias expedições nos territórios indígenas, em busca de converter os Tenetehara ao cristianismo e fundaram missões estratégicas como Cajúpe, Maracu e Caru. O aldeamento de Maracu contava com uma população de 404 índios, e a aldeia de São Francisco, onde se encontrava a missão Caru, abrigava 779 índios no ano de 1730. Os jesuítas foram forçados a abandonar o Pindaré em 1759, que marca o início da política pombalina na Amazônia (LEITE, 1943).

Sob este regime político, a jurisdição dos territórios habitados pelos Tenetehara no final do século XVIII passou para as autoridades civis, o estado do Grão-Pará e Maranhão dividiu-se em várias colônias, sob o Regime de Diretórios. Esse sistema foi um fracasso no território dos Tenetehara, pois, segundo Marques (1870), a colônia de São Pedro do Pindaré, formada por diversas tribos, atualmente conhecida por Pindaré Mirim, tinha uma população de 120 índios no ano de 1849; 68 índios em 1861 e apenas 44 índios no ano de 1870. De acordo com dados populacionais registrados pela Diretoria Geral dos Índios no Maranhão, na região da província de Alto Alegre, situada nas matas de transição entre a Amazônia e o Cerrado, mais conhecida como a pré-Amazônia, área de fronteira entre os estados do Pará e Maranhão, em 1887 havia cerca de 25.000 índios, dos quais a metade Tenetehara.

Os Tenetehara historicamente caracterizam-se pela passividade na relação com os missionários, comerciantes e brasileiros em geral, porém, houve um episódio que ficou conhecido como “o massacre dos Capuchinhos do Alto Alegre”.

A missão de Alto Alegre havia sido fundada em 1896, com o objetivo expresso de “civilizar” as “cidadelas da barbárie”. No ano de 1901, na missa matinal do dia treze de março, ocorreu o sangrento massacre de quatro missionários capuchinhos italianos, seis missionárias capuchinhas italianas e uma brasileira. Essa revolta indígena de amplas dimensões foi comandada pelo povo conhecido por Guajajara, que também são da etnia Tenetehara.

Em sua obra “Missão Religiosa e Violência: Alto Alegre, 1901”, Matos (2005) cita um relato feito por Rodolfo Toso, baseado na extensa correspondência da Madre Francesca Rubatto (1844 -1904), fundadora do Instituto das Irmãs Terciárias Capuchinhas:

Os agressores estavam de tanga, com o corpo pintado. O Pe. Zacarias estava celebrando a missa e foi abatido com um tiro de espingarda no momento da elevação. As irmãs estavam com as meninas. Separadas as meninas que choravam, os atacantes mataram as irmãs que conseguiram prender, degolando-as ou esfacelando-lhes a cabeça [...] consumada a chacina na igreja, os selvagens dirigiram-se para as casas dos missionários e das irmãs supérites e com eles desafogaram com maior ferocidade a sua ira com fuzis, facões e bordunas (MATOS, 2005, p. 21).

O trabalho dos indígenas na missão concorria com o já estabelecido comércio entre os Tenetehara e regatões, negociantes que usavam os índios na extração de recursos da floresta e como remeiros. Há registros do final do século XIX, na região do Alto Rio Guamá, de conflitos entre os Tembé Tenetehara e regatões, momento em que ocorreu a morte de nove tripulantes de uma embarcação, segundo os registros, os índios foram motivados pela ação exploratória, abuso sexual a mulheres e pelo rapto de crianças (PARÁ AGRÁRIO, 1999).

Como forma de represália, a força policial que apurou o conflito, além de espancar os índios, tomou-lhes nove crianças. A Diretoria Geral dos Índios da Província do Grão-Pará reuniu os Tenetehara dispersos na região, agrupando-os em aldeamentos no Alto Gurupi, que deram origem a configuração social dos atuais Tembé.

Outro fator importante na formação dos territórios Tembé no Pará foi a migração em massa de nordestinos fugidos das secas, que acarretou surtos epidêmicos, conflitos de terras e ainda com o avanço mercantil dos regatões e a extração de matérias-primas da floresta, onde os Tenetehara passaram a habitar especificamente o Alto Rio Acará, Médio e Alto Gurupi e o Alto Guamá.

Wagley e Galvão (1961), integrantes de uma corrente conhecida como "Teóricos da Aculturação", desenvolveram pesquisas sobre os Tenetehara, nas quais incluíam os índios Tembé e Guajajara no grupo Tupi-Tenetehara, uma vez que classificaram os grupos a partir da definição de áreas culturais, com base em critérios linguísticos e culturais. De fato, os Tembé seriam o grupo ocidental dos Tenetehara e os Guajajara o grupo oriental. A

autodenominação Tenetehara é uma denominação mais abrangente e engloba os dois grupos que possuem língua e tradições culturais semelhantes (DUARTE, 2001). Sendo assim, os Tembé Tenetehara estão em três territórios:

- Os que habitavam o Território Indígena Alto Turiaçu, localizado à margem direita do rio Gurupi, no estado do Maranhão;
- Os Tenetehara originários da região dos rios Pindaré e Caru, no Maranhão, que rumaram em direção aos rios Gurupi, Capim e Guamá, dando origem aos Tembé e deixando no Maranhão os Guajajara;
- Os que vivem à margem esquerda, no território do Alto Rio Guamá; e os localizados na bacia do rio Acará. Segundo Valadão (2001), a posição do grupo seria decorrente da migração, de um avanço sobre os territórios dos Turiwara durante o século XIX.

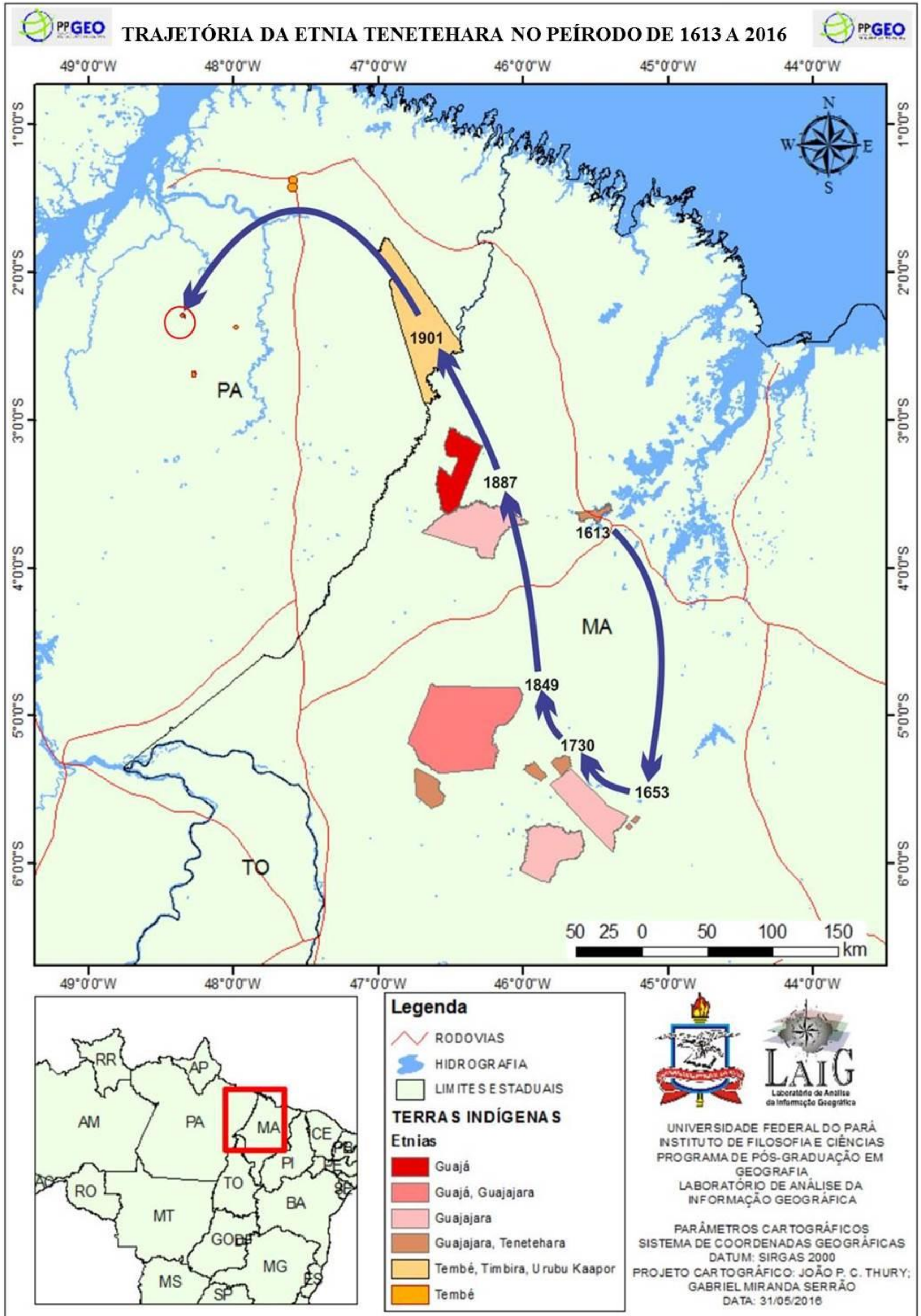
1.2. Os Territórios do Povo Indígena Tembé Turé-Mariquita

A origem dos territórios do povo Tembé, moradores dos Territórios Turé-Mariquita, situados na bacia do rio Acará, afluente do rio Moju, que desemboca no mar, um pouco ao sul na foz do Rio Guamá, objeto deste estudo, deu-se através do avanço sobre o território dos Turiwara, junto dos quais habitaram até recentemente (Figura 1). Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem (SANTOS, 2008). O autor discorre sobre o conceito, que está no centro das preocupações de vários profissionais, e continua a sua definição da paisagem, que é formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. Segundo Santos (2014): “A paisagem é um conjunto de formas, que num dado momento exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”.

Para Santos (2014), a paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. Tais formas nasceram de diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas recentes correspondem a determinações da sociedade atual. Sendo assim, descrevemos a paisagem das aldeias Turé-Mariquita, Tekenair e Nova, onde formam parte dos territórios Tembé, e essa paisagem é a combinação de vários tempos presentes, como uma espécie de palimpsesto onde, mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe (SANTOS, 2014). Sendo assim, para a reconstituição da paisagem usamos a descrição de acordo com

pesquisas bibliográficas e idas a campo, para um melhor entendimento do que se era e o que se é hoje a paisagem em questão, com a utilização dos elementos a compõe.

Figura 1 - Trajetória da Etnia Tenetehara no Período de 1613 a 2016.



Fonte: Elaboração do autor

1.3. Elementos da Paisagem do Território Tembé Turé Mariquita

Um objeto se destaca na chegada da aldeia Turé-Mariquita, uma placa do Governo Federal, que referencia o Ministério da Justiça e a Fundação Nacional do Índio, onde se pode caracterizar que estamos dentro de uma Terra indígena e que destaca a restrição na entrada de pessoas estranhas (Figura 2).

Figura 2 - Placa do Governo Federal.



Fonte: Trabalho de campo.

Seguindo adiante, dentro da TI, uma paisagem artificial chama a atenção: trata-se da construção de uma Unidade Escolar em áreas indígenas, com financiamento dos governos federal e estadual (Figura 3). A escola possui telhas “plan” de barro, beneficiadas em olearias e paredes com lajotas na parte inferior, e de cimento com tijolo na parte superior. As janelas de balancim e estrutura de vidro, mostrando uma imponência grosseira da paisagem artificial sobre a natural (SANTOS, 2008, p. 61).

Figura 3 - Antes e depois da construção da nova escola.



Fotos: do autor.

Caminhando para o norte, encontra-se a primeira casa onde mora Dona Luiza Tembé, esposa do Lúcio Porangaty Tembé, velho cacique do Povo Tembé Tenetehara de Tomé-Açu. Na mesma configuração territorial está o complexo do posto de saúde, onde encontramos um banheiro isolado e uma caixa d'água, junto com dois objetos artificiais, que são o posto de saúde feito na década de 1980 e outra estrutura mais moderna onde fica o setor administrativo do posto. Todo complexo de saúde da aldeia vem de recursos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), ligada ao Ministério da Saúde. (Figura 4).

A 150 m em direção a leste, enxergamos uma paisagem heterogênea, ou seja, mostrando o que é natural e o que é artificial em um determinado local. Encontramos uma clareira aberta no início de 1970, primeiro local de morada dos índios quando chegaram ao território, onde nesta configuração territorial encontramos casas e objetos artificiais como a primeira escola. Mas essa heterogeneidade fica clara com as árvores nativas e plantadas pelos índios, que se misturam com outros objetos artificiais como varal, mesas com banco, horta

elevada e ate mesmo um pequeno chiqueiro de porco que estão situados no meio da circunferência do polígono da abertura.

Figura 4 - Complexo do posto de saúde na aldeia Turé-Mariquita.



Fotos: do autor.

Neste lugar encontramos a casa do Lucio Tembé, cacique da aldeia Turé-Mariquita. As casas estão localizadas na periferia da clareira, feitas de madeira tirada da mata, com telhado de cavaco e telha de barro. No complexo criado para ensino indígena, à escola Tenetehara, encontramos uma cozinha usada para os alunos e por todos do território (Figura 3).

No caminho entre o complexo da saúde e da educação encontramos banheiros e um cemitério, local onde está o corpo do cacique Lucio Potangaty Tembé e do seu filho, agente de saúde assassinado dentro da aldeia (Figura 5). Passando pelo posto de saúde em direção a oeste, encontramos um campo de futebol e descendo a calha localiza-se um objeto natural muito importante à vida dos índios o Igarapé Turé.

Figura 5 - Cemitério na Aldeia Turé-Mariquita.



Foto: do autor.

Uma porteira de madeira com cancela e telhado de brasilit, onde tem uma placa: “Proibido entrar sem permissão na Aldeia Teknay. Por favor identifique-se com o Sr. Emídio Tembê”, demarca a entrada na Terra Indígena TI Turé-Mariquita II. A estrada que passa em frente da porteira e corta TI na tangente, em poucos quilômetros leva até a fronteira do município de Acará.

Cruzando a porteira uns 100 metros, encontramos a igreja, posto de saúde e a caixa de água. Na mesma direção no sentido leste, mas para o lado direito encontramos a casa do Cacique Emídio Tembê. No entorno da casa encontramos um depósito de materiais de trabalho, outro objeto artificial onde há uma máquina de “debuiar” pimenta, e uns 15 metros ao leste a garagem do carro.

Nesta mesma direção caminhando em direção ao igarapé Ananin, encontramos um retiro de farinha. Este igarapé recebe água das cabeceiras onde os dendezais estão e tributa no Ture. Neste mesmo caminho, passamos por uma ponte, e subindo um pouco chega na atual casa da filha mais nova do cacique, chamada Cinei Tembê.

No lugar onde atualmente é a casa da caçula, já foi à casa da família de Emídio Tembé, quando eles saíram da aldeia nova e decidiram ocupar a nova terra doada pela empresa Pará Pigmentos no final da década de 1990. Esse mesmo lugar foi também local de chegada da família do Lúcio Porangati Tembé, em sua trajetória de perambulação de volta da região de Águas Brancas. Nesse mesmo lugar ocorreu também o conflito entre os índios e os trabalhadores da Pará Pigmentos em 1995, quando estavam abrindo o pico para passar o mineroduto.

Olhando do alto da caixa d'água em direção nordeste visualizamos a escola indígena recém-construída e o ponto de cultura. Caminhando na mesma direção entre árvores frutíferas e algumas plantas medicinais, encontramos a casa da Marlene Tembé e na mesma configuração desta, a casa de Egilson Tembé. Muitos caminhos configuram a aldeia, ligando uma casa a outra, e a outros objetos artificiais que fazem parte do território. Saindo da casa do Egilson em direção norte, encontramos a casa azul que fica em frente do açude, e alguns metros acima, a casa de Zequias Tembé, filho mais velho do cacique.

Caminhando em sentido oeste, a uns 300 metros, enxergamos a casa da Xandi Tembé, neta criada por seu Emídio, filha de Ezelina Tembé. Na trilha que leva a casa de Xandi vimos plantações de maracujá e pimenta-do-reino, e ainda encontramos um campinho de futebol usado pelas crianças. Nesta configuração norte da aldeia, entre as casas de Xandi e Zequias há uma grande área descampada onde o cacique com os filhos plantaram um grande pimental. E já estão colhendo os frutos, pois em 2016 a pimenta chegou a R\$ 30 reais o quilo.

Saindo da grande plantação de pimenta na direção sul, avistamos uma paisagem bem heterogênea. Uma trilha que leva até as duas casas dos filhos Makias e Ezelina Tembé. No trajeto encontramos uma barragem que represa o igarapé Tauari, e do lado direito fazendo um açude que está seco, onde os índios fazem criação de peixes. Essa heterogeneidade se completa com um campo de futebol recém-construído, onde participam da partida índios de todas as idades e de outras aldeias.

1.4. As configurações territoriais das Terras Indígenas Turé-Mariquita I e II

É diferente o conceito de configuração territorial e paisagem, embora a paisagem seja parte a dela. Dentro da configuração territorial encontram-se os recursos naturais e os recursos criados; a paisagem é o conjunto de objetos que nosso corpo alcança e identifica. Ela é também o contato com nosso corpo com o corpo orgânico que é a natureza. Através da paisagem, a configuração territorial se dá apenas parcialmente, miniaturizada pelas fotografias ou mapas e cartas, na medida em que tenhamos a domínio das informações (SANTOS, 2008).

As Terras Indígenas Turé-Mariquita I e II, Aldeia Nova e Pitawa estão localizadas no município de Tomé-Açu, estado do Pará. Este município pertence à Mesorregião Nordeste Paraense e à Microrregião Tomé-Açu. O município fica a 113 km de distância da capital do Pará, com extensão territorial de 5.145 km², e população de 56.514 habitantes (IBGE, 2010).

Na configuração territorial do município, um importante recurso natural é o rio Acará-Mirim que recebe inúmeros afluentes, sendo os de maior expressão da margem direita. Os mais conhecidos são o rio Tomé-Açu, que banha a sede municipal, os igarapés Araraguara, Timboteua, Biuteua, Tucumandeu e Mocoões. Pela margem esquerda, destacam-se os igarapés Água Azul e Tucunandeu e os rios Cuxiu e Mariquita. Além destes recursos naturais, o município contém em seu território sete aldeias indígenas das etnias Anambé, Turiwara, Amanayé e Tenetehara.

O acesso principal às Terras Indígenas Turé-Mariquita I e II, Aldeia Nova e Pitawa se dá a partir do distrito de Quatro Bocas (Tomé-Açu/PA), através da estrada São João, que leva até o ramal Mariquita que conduz às referidas aldeias, (Figura 6), totalizando um percurso de aproximadamente 26 km neste trajeto. A vegetação representativa dos territórios indígenas é a Floresta Densa dos Baixos Platôs, bastante alterada, ensejando o surgimento das Florestas Secundárias ou capoeiras. Ao longo das margens dos cursos d'água que cortam o território, encontra-se a Floresta Ombrófila.

Em 1971, segundo reconstituição histórica feita pelos próprios indígenas, (entrevista maio de 2015) as casas das áreas de abrangência deste estudo eram construídas com material retirado das matas próximas. Breu Branco, Ripeira e Jabuteira eram as madeiras preferidas para a armação destas, por serem de mais fácil manejo. Para a cobertura e paredes usavam folhas de "ubim" e "inajá" trançadas, e acabamento com reforço de cipó para maior resistência e durabilidade. Os pisos eram de chão batido. A partir dos anos 1980, entretanto, novas técnicas foram introduzidas, uma vez que as paredes e pisos começaram a ser construídas com tábuas

confeccionadas pelos próprios índios, as coberturas de palha foram substituídas por cavaco e os pisos passaram a ser suspensos.

A Terra Indígena Turé-Mariquita, onde está situada a aldeia, foi identificada e delimitada em 1987, demarcada em 1988 pela FUNAI e regulada pelo Decreto 304, de 29 de outubro de 1991, que tem superfície de 146,9798 ha e perímetro de 6.157,41 m (Figura 6).

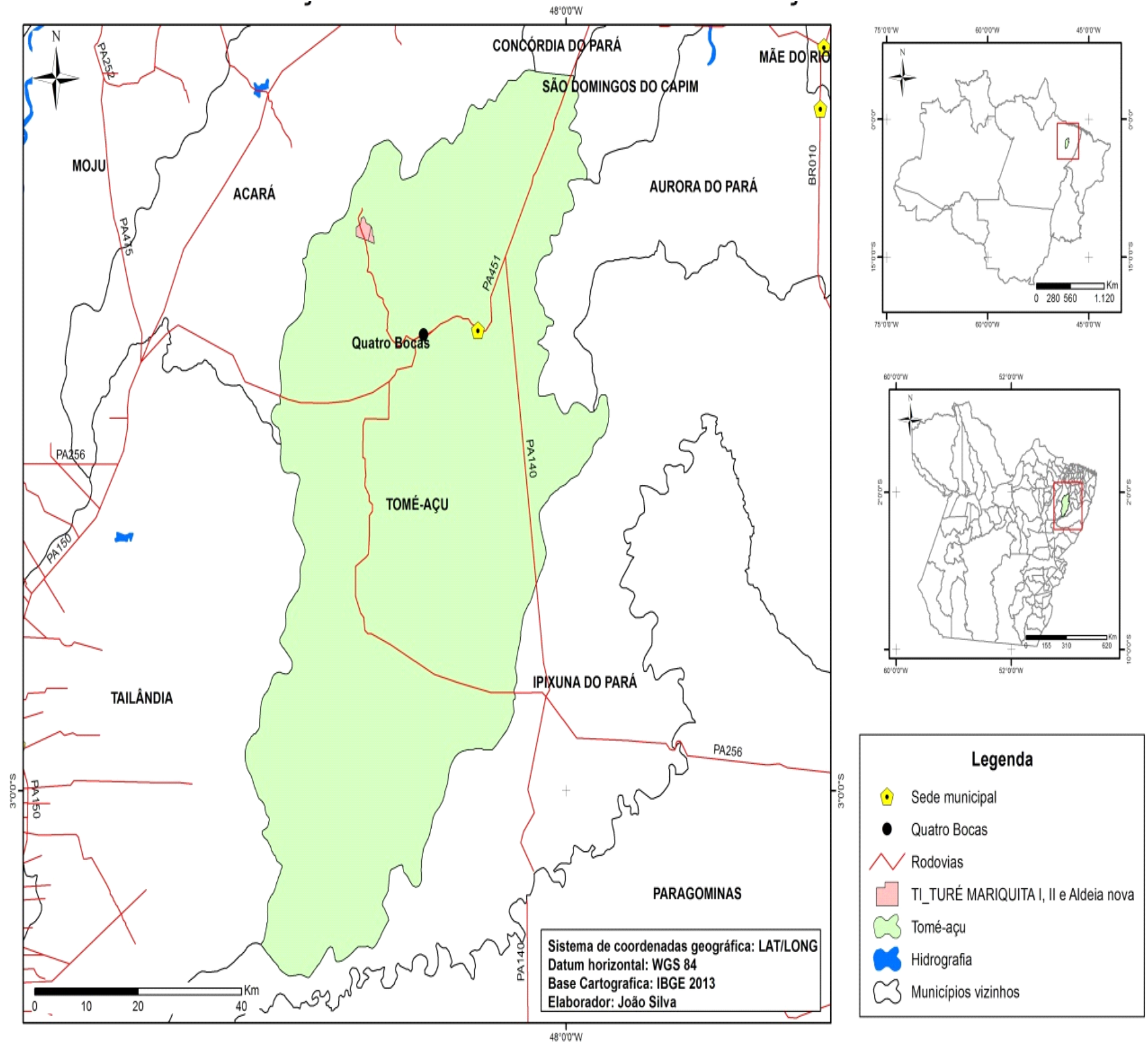
As configurações territoriais das aldeias estão relacionadas ao processo de demarcação, que é o ato administrativo para estabelecer os limites territoriais tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas, sendo dever da União, que busca com isso resgatar a dívida histórica com os primeiros habitantes dessas terras; propiciar as condições necessárias para sobrevivência física e cultural desses povos e preservar a diversidade cultural brasileira.

Esta configuração apresentou significativa mudança em 1997, quando a empresa Pará Pigmentos S.A., atendendo às pressões do Ministério Público, dos Tembé e da opinião pública, onde foi doada terra para os indígenas, tentando compensar parte dos impactos socioambientais decorrentes da implantação do mineroduto para o escoamento de caulim de Ipixuna do Pará até o distrito industrial de Vila do Conde em Barcarena.

Esta ação atenuou um momento tenso na história do lugar. Em meados dos anos 1990, mais precisamente dia 22 de maio de 1997, o cacique Emídio Tembé deslocou-se para a terra recém-doadada pela empresa Pará Pigmentos S/A, fazendo a primeira entrada na configuração territorial da área posteriormente denominada de Aldeia Teknay.

A Área Indígena Turé-Mariquita II, onde se encontra a aldeia Teknai, ainda não foi homologada pelo Ministério da Justiça. Porém, há um memorial descritivo de demarcação elaborado pela Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI, cujas coordenadas estão delimitadas, onde se registra uma superfície de 587.9983 ha e perímetro de 10.387,08 m (<http://www.funai.gov.br>).

Figura 6 - Mapa politico-administrativo do município de Tomé-Açu.



Fonte: Elaboração do autor.

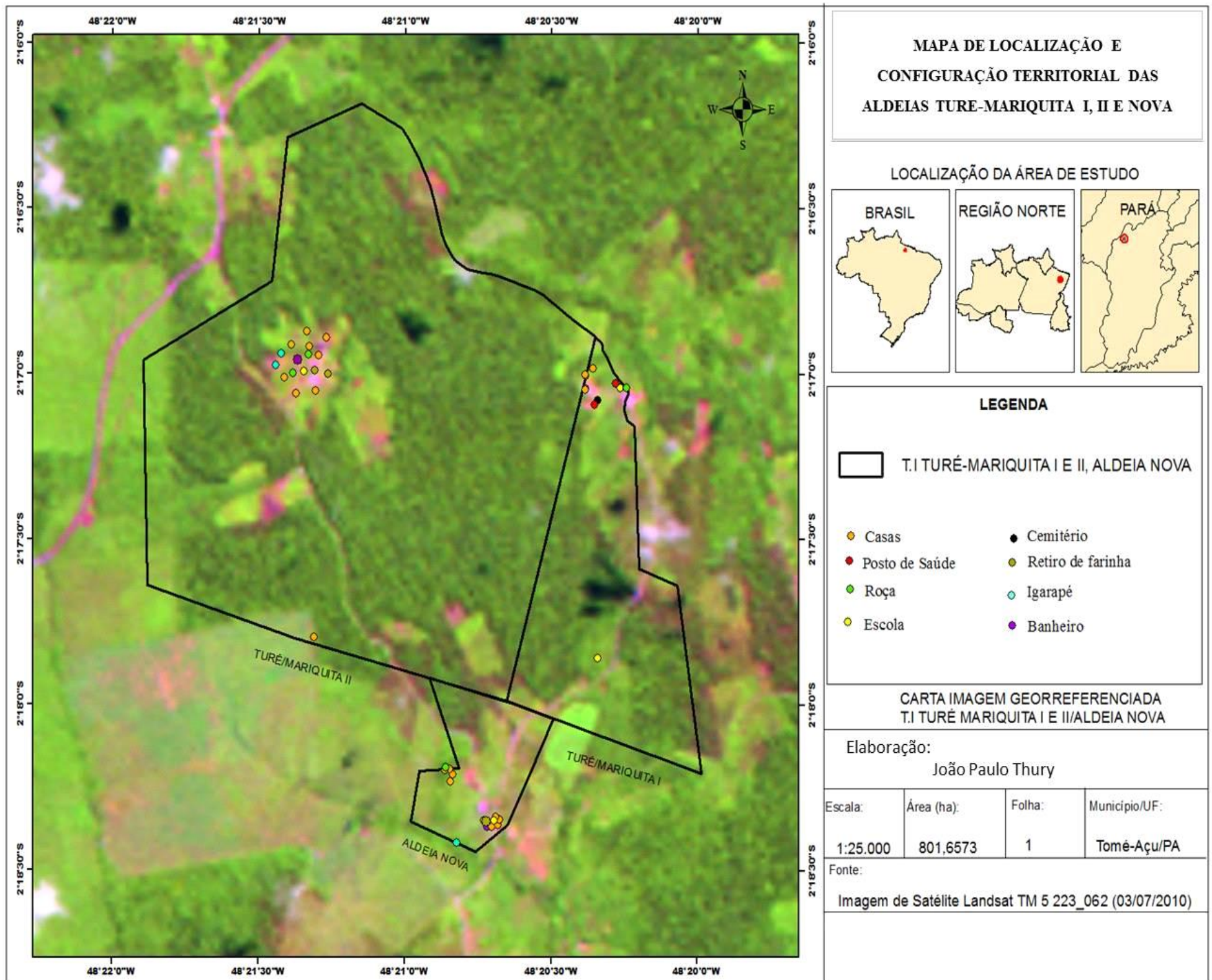
Após a experiência de doação de terras pela Pará Pigmentos S.A, os indígenas prosseguiram no movimento de expansão de seus territórios. Em 1997, o cacique Tibúrcio Tembé, casado há 39 anos com a capitôa Domingas Tembé e filho de uma índia Amanayé, moradora do Alto Rio Capim, a convite de seu sogro Porangati Tembé, que "*queria sua gente mais perto da aldeia Turé-Mariquita*" (comunicação oral, cacique Tiburcio, 2015) e com a carência de caça na região de Águas Brancas onde morava, comprou uma área de 49,4307 ha ao lado da Terra Indígena Turé-Mariquita, a qual denominou Aldeia Nova (Figura 7).

Segundo o cacique Tibúrcio, sua área indígena por não ser demarcada pela FUNAI, "*sofre preconceito do próprio Povo Tembé*", que vivem nas terras demarcadas e que são parentes da capitôa Domingas Tembé. Contudo, a FUNAI e a FUNASA reconhecem a Aldeia Nova como parte da comunidade indígena da região, e o Sr. Tibúrcio como uma liderança indígena, pois estão dentro do censo indígena do Sistema de Informação de Atenção a Saúde Indígena, o que reforça mais ainda a sua condição de comunidade indígena.

Com relação aos serviços de saneamento, que são de responsabilidade dos Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), contam com um representante em cada aldeia. Os AISAN são formados e treinados pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), e buscam contribuir para a higiene de sua comunidade e, conseqüentemente, para a prevenção de doenças, através de intervenções no âmbito de abastecimento de água; coleta, tratamento e destino adequado dos esgotos; e coleta, tratamento e destino adequado do lixo ou resíduos sólidos (BRASIL, 2006).

As estruturas dos esgotamentos sanitários observados nas aldeias consistem na presença de banheiros externos aos domicílios, sendo que alguns deles são utilizados por várias famílias e há aqueles de uso individual. O modelo prevalente dos banheiros consiste em privadas de fossas secas, fato que denota uma solução sanitária precária adotada em locais onde não há rede de água potável e, conseqüentemente, a inexistência de um sistema organizado de coleta de esgotos sanitários. Também se verificou a presença de animais domésticos, que são criados sem qualquer restrição ao contato com crianças e demais indivíduos da comunidade.

Figura 7 - Localização da Terra Indígena Turé-Mariquita II.



Fonte: Elaboração do autor.

Nos territórios indígenas as moradias apresentam características heterogêneas que simbolizam o contraste entre antigos e novos modelos habitacionais. Há prevalência de casas de madeira com telhado de cerâmica. Coexistem habitações com piso de chão batido, assoalho e cimento. Na aldeia Turé-Mariquita foi construída uma cozinha externa coletiva, onde os moradores têm acesso para cozinhar e fazer as refeições em comunidade.

O cacique Lúcio Tembé fez referência às consequências negativas da utilização de pisos de cimento, ressaltando que os índios costumam andar descalços e sentem o impacto do chão frio, que em sua opinião agrava os problemas do sistema respiratório (gripes, resfriados). Por sua vez, o cacique Emídio Tembé queixou-se da insuficiência de recursos naturais para manter as tradicionais casas indígenas, enfatizando que é necessário comprar palha em Belém para fazer a cobertura de uma casa que está em construção na aldeia.

Quanto às aldeias, verificou-se que todas dispõem de rede de distribuição de energia elétrica; serviço de abastecimento de água proveniente de poços artesianos, com armazenamento em caixas d'água, cujos encanamentos estendem-se ao interior das moradias, onde ficam os jirais. A água armazenada nas caixas d'água é utilizada para beber e para a preparação dos alimentos, porém não fizeram referência a qualquer tratamento desta água, com exceção da que é utilizada na aldeia Turé-Mariquita, onde é visível a presença de um filtro na torneira principal onde coletam água para beber.

Quanto ao acesso à informação e comunicação, os índios dispõem de antena parabólica, em quase todas as residências, o que proporciona a recepção de sinais de televisão (Figura 8). A aldeia já tem índios que utiliza aparelhos celulares para comunicar-se e o recurso da internet ainda é inexistente nas aldeias, apesar de haver relatos de que alguns jovens participam de redes sociais, cujo acesso se dá quando se deslocam para o distrito de Quatro Bocas (Tomé-Açu/PA).

Figura 8 - Casa na Terra Indígena Turé-Mariquita II.



Foto: do autor.

Segundo Santos (2014), quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza os aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida e da dinâmica do lugar. Não havia grandes transformações e já existia a domesticação de plantas e animais; o homem mudando a natureza, impondo-lhes leis. Essas condições naturais constituíam a base material da existência do grupo.

De certa maneira (SANTOS, 2014), esses sistemas técnicos usados estavam em simbiose com a natureza, onde a possibilidade da criação mergulhava no determinismo do funcionamento. Esses sistemas técnicos sem objetivos técnicos não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissolúveis em relação à natureza, que em sua operação ajudavam a reconstruir.

É sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço (SANTOS, 2012, p. 29).

A gente vivia só da caça, não tinha mercado, mais hoje em dia eles vivem mais do mercado, não tinha vizinhos, era só floresta. Muita mata, mais muita mata". (Cacique Emídio Tembê, 16/ 05/2015).

A fala do Cacique Tembé permite subsidiar uma análise sobre a dinâmica social na aldeia dos Tembé Turé-Mariquita antes a chegada das empresas Pará Pigmentos e Biopalma, onde, à época, eles viviam somente da caça e da coleta e extração de frutos e peixes. Viviam nas matas isoladas, não tinham vizinhos e sua produção era de subsistência. É interessante que para eles não havia mercado, e o escoamento do excedente da produção era feito através de um fazendeiro que ia de trator até próximo às aldeias pela vila Socorro.

Com base em Santos (1992), presume-se que o tempo atual na aldeia pode ser considerado mais acelerando após a chegada do capital na região, a partir da dendeicultura, e se reflete diretamente na configuração territorial da tribo, impactando o seu cotidiano.

1.5. Dinâmica Socioespacial das Aldeias

Um homem branco levou nas beiras do alto Rio Acara Mirim, Lúcio Porangati Tembé, que morava nas aldeias Cuxiu Mirim, território dividido entre as tribos Amanaje, Tembé e Turiwara. De acordo com Emídio Tembé, à época que seu pai foi encontrado, ele estava com sete ou oito anos de idade, quando houve um surto de paludismo e febre amarela que assolou as aldeias, momento em que boa parte da população morreu e muitos fugiram do local.

O cacique Emídio Tembé tem em suas lembranças, ainda quando criança, de um encontro com uns parentes de seu pai, o Cacique Lúcio Porangati Tembé, que naquela época ainda chamava-se Lúcio da Silva. Nesse encontro eles falaram na língua Tupi, “*falaram na língua deles, na fala deles, os índios*”. Saíam de canoa do Igarapé Água Branca (Figura 10) que deságua no rio Mariquita, e entravam no igarapé Braço Grande e seguiam até o Igarapé Turé. Quando navegavam pelos rios iam pescando e caçando pela floresta. Na época não havia carro nem bicicleta, tudo era feito a pé ou pelos rios.

Figura 9 - Igarapé Água Branca.



Foto: do autor.

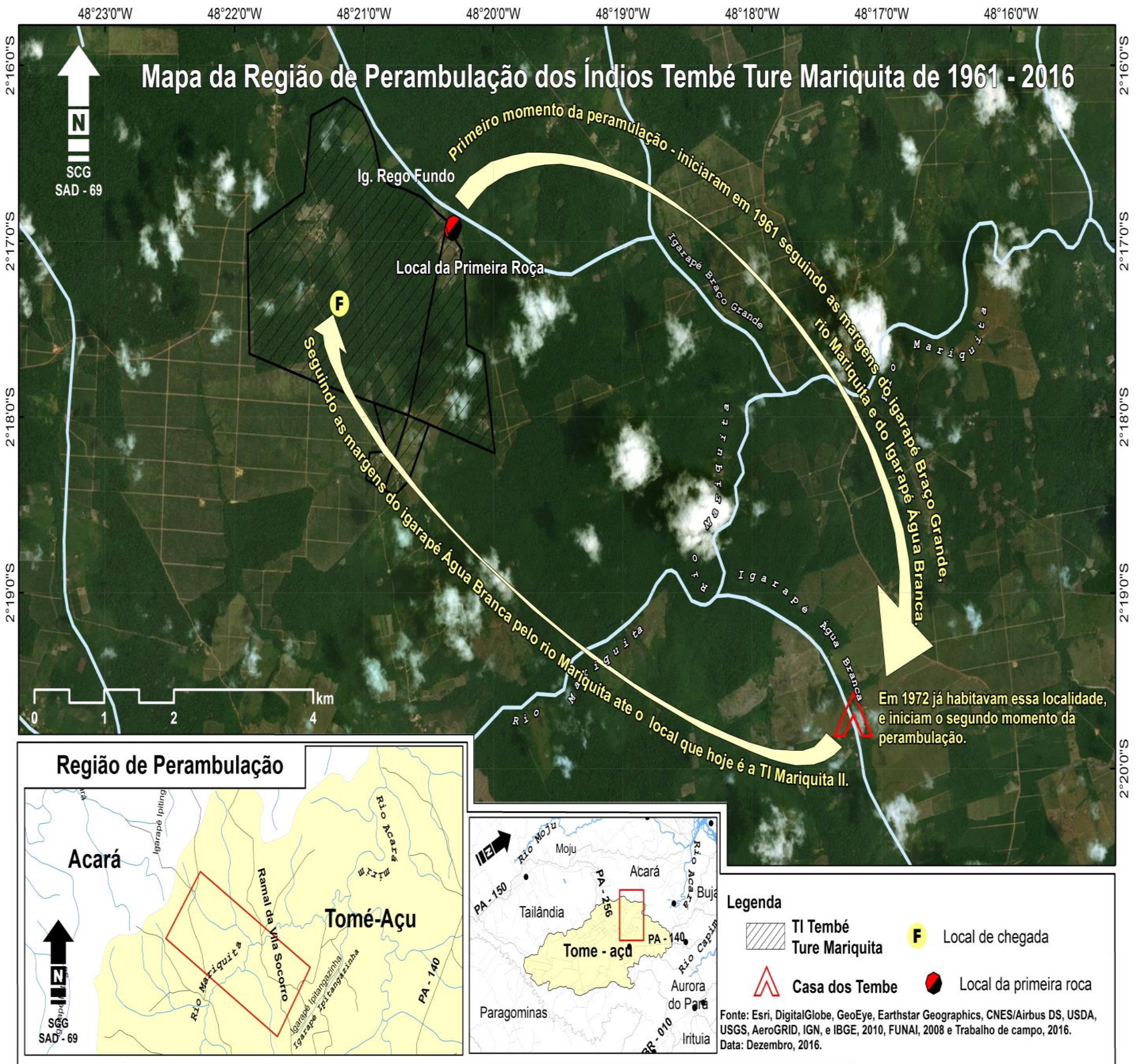
A temporalidade indígena é muito bem expressada na fala do Emídio Tembé, cacique mais velho dos territórios Tembé. Em sua narrativa, descreve a chegada do seu pai e irmãos no local em que hoje estão assentadas as aldeias.

Nós viemos de Água Branca, comunidade localizada no ramal com mesmo nome em Tomé-Açu (PA), fazer uma abertura onde hoje é a Aldeia Turé, onde está o posto de saúde e escola. Quando eu comecei a andar com ele [pai] eu tinha dezoito anos, nós andávamos por debaixo das matas e de canoa pelo rio Mariquita, saía de canoa de Água Branca para sair no rio Mariquita; e do Mariquita entrava no Turé. Muita caça, muito peixe e muita mata. Aí veio para cá, fizemos um hectare de roça, com uma abertura. Muita mata, muita mata, que no tempo não tinha ninguém. Aí abrimos uma clareira e fizemos uma palhoça igual aquela ali, aí depois que nós fizemos aquela barraca lá, nós fomos buscar a galera na Água Branca. (Emídio Tembé, comunicação verbal, 12/05/2015).

A nosso ver, na fala do cacique é possível perceber a origem da configuração territorial da Terra Indígena, e o modo de vida mais simples, atividades produtivas e técnicas menos desenvolvidas; desbravando a mata e os rios para criar e construir suas palhoças, alimentando-se da caça e do peixe (Figura 11). Segundo Santos (2014), no começo da história da humanidade, a configuração territorial se dava simplesmente por um conjunto de complexos naturais. Na medida em que a história vai se fazendo, a configuração territorial vai

se transformando a partir das obras dos homens, fazendo com que se criem configurações territoriais, que são, cada vez mais, resultantes das produções históricas, negando a natureza e substituindo-a por uma mais humanizada (SANTOS 1995).

Figura 10 - Mapa de perambulação dos Índigenas Tembê Turé Mariquita de 1961 a 2016.



Fonte: Elaboração do autor.

Para entender essa dinâmica social, o cacique Emídio Tembê relata o período anterior ao conflito com as multinacionais que, segundo ele, onde hoje se encontra o atual território da aldeia não havia nada, era apenas mato, como já citamos anteriormente. Depois de ter aberto o terreno mata adentro, ele foi buscar o restante de família, a esposa e oito filhos na comunidade de Águas Brancas. A população do grupo Tembê Turé-Mariquita que residia nos territórios, era composto de 47 pessoas, dentre as quais 14 indivíduos estavam distribuídos em cinco famílias na Aldeia Turé-Mariquita, 15 pessoas estavam agrupadas em sete famílias extensas na Aldeia Teknai e 18 indivíduos que compõem as oito famílias da Aldeia Nova.

O cacique relata que na época de sua chegada, a caça era a principal fonte de alimentos e que também permitia uma relação com o mercado, visto que vendia o excedente do que era consumido. A caça era abundante, e entre os mamíferos destacavam-se quinze espécies, entre os pássaros foram citadas 18 espécies e o pescado, segundo informações, era farto, identificando-se cerca de 17 espécies de peixes consumidas pela tribo (Figura 11). A captura dos animais era feita com técnicas rudimentares, como a Arapuca, uma armadilha em forma de pirâmide feita com varas de madeira ou bambu, usada para caçar pequenos animais, o arco e flecha, armas artesanais como canhão e buldogue, e também técnicas mais modernas como espingarda.

Figura 11 - Trato de carne de caça consumida na Terra Indígena Turé-Mariquita II.



Foto: do autor.

A coleta de frutas nativas era comum, pois é uma característica da alimentação dos índios, além das espécies nativas também plantavam espécies exóticas, totalizando 18 tipos de frutas. Em relação ao abastecimento de água na tribo, os índios informaram que utilizavam a água dos igarapés para beber. Na fala de Dona Luíza Tembé, matriarca da tribo, ela afirma que a água era bem azulada.

O uso de ervas medicinais também foi citado como uma prática utilizada pelos índios, fazendo parte da dinâmica social em relação ao cuidado com a sua saúde. Na tribo, as ervas eram plantadas no quintal ou coletadas na floresta.

A criação de animais e o cultivo da roça fazem parte da configuração territorial das aldeias, onde encontramos sete tipos de animais e nove culturas nas roças, que estão dispersos no espaço dos territórios Tembé. Na dinâmica da produção, a mandioca é utilizada na produção de farinha, tucupi e tapioca. Nesse sentido, na Tabela 1 identificam-se as espécies de animais abatidos e os instrumentos de captura para o consumo de subsistência dos Tembé.

Tabela 1 - Animais consumidos e Instrumentos Utilizados na captura de caças.

Animais (espécies)	Técnicas (instrumentos)
1- Capivara	1- Arapuca
2- Preguiça	2- Espingarda
3- Tatu	3- Canhão
4- Quati,	4- Buldogue
5- Onça	
6- Cutia	
7- Veado	
8- Porco-espinho	
9- Guariba	
10- Catitu	

Fonte: Trabalho de campo.

O período mencionado pelo cacique permite uma primeira aproximação com que Santos (2014) denomina de meio natural, onde o homem escolhia da natureza os aspectos considerados fundamentais no seu modo de vida e na dinâmica do lugar, sendo essas as condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo.

Contudo, vale destacar que as relações sociais não eram totalmente harmônicas e toda e qualquer relação estabelecida entre o homem e meio sempre gera impactos, mesmo que sejam menos predatórias. Pode-se observar o predomínio do meio natural na época em que as técnicas utilizadas eram mais simples e de menor impacto sobre o meio (SANTOS, 2014),

Entre os Tembé, houve uma redução significativa das atividades de caça e pesca fato que atribuem ao desmatamento das áreas de floresta e à má qualidade da água dos rios e igarapés. Somam-se a isso as restrições legais de órgãos ambientais quanto à preservação de algumas espécies de animais. Esse cuidado com o ambiente também repercutiu na produção de artesanatos, pois os índios já não podem mais utilizar, por exemplo, penas de alguns pássaros em extinção, que no passado usavam para confeccionar cocares e outros adereços.

Nesse contexto, registraram-se como atividades geradoras de renda na aldeia Teknai a incipiente atividade de piscicultura, com a criação de tilápias, além da criação de gado e plantação de pimenta-do-reino. As demais atividades referidas são de subsistência, como a criação de porcos, galinhas, pequenas roças, produção de farinha, tucupi e tapioca, cultivo de feijão, macaxeira, milho, arroz, legumes, frutas, ervas medicinais e coleta de açaí (Figura 12).

Figura 12 - Atividades agrícolas e criação de gado na Terra Indígena Turé-Mariquita II.



Foto: do autor.

Na aldeia Turé-Mariquita, o uso dos recursos naturais é exclusivamente para a subsistência, destacando-se a caça, coleta de frutos, complementada pelo o cultivo de pequenas roças de mandioca para produção de farinha, além de milho, feijão, arroz; e plantação de legumes. Segundo o cacique Lúcio Tembé, a comercialização de farinha não é lucrativa, pois o valor atribuído ao produto não compensa o trabalho empreendido na produção (Figura 13).

Figura 13 - Produção de farinha na Terra Indígena Turé-Mariquita II.



Foto: do autor.

Apesar das restrições quanto à extração de matérias-primas, o cacique Lúcio Tembé considerou o artesanato uma atividade potencialmente geradora de renda, sendo realizada por

homens e mulheres; e fez referência à recém-inaugurada Casa da Cultura Indígena "Tenetehara", um espaço adequado à exposição e venda dos produtos artesanais produzidos pelos indígenas.

Por sua vez, a Aldeia Nova destaca-se por ainda comercializar a farinha de mandioca, cujo rendimento mensal chega a um salário mínimo, segundo relatos dos moradores. Observa-se nesta área um número maior de roças de mandioca, além de contar com maior contingente de mão de obra, se comparada à aldeia Turé-Mariquita I. Nesta aldeia, a extração do açaí ainda consiste em uma atividade rentável. Em complemento, os moradores realizam trabalhos esporádicos em áreas vizinhas, geralmente em fazendas onde trabalham em atividades como capina ou roçagem de vegetação, utilizando foices, motosserras e também fazem plantações nessas áreas.

A dinâmica social na aldeia passa por um processo de constante transformação mesmo antes da chegada da empresa, podendo-se identificar algumas atividades remuneradas por meio da prestação de serviços em instituições públicas ou empresas privadas pelos indígenas dos territórios Tembé, como pode ser identificado na tabela 2.

Tabela 2 - Atividades remuneradas registradas nos territórios Tembé.

Função	Quantidade	Contratante
Agente de saneamento indígena	3	AITTA
Agente de saúde indígena	3	AITTA
Professor/a de Cultura Indígena	1	Prefeitura
Professor/a de Língua Portuguesa	3	Prefeitura
Servente	1	Prefeitura
Zelador	1	Prefeitura

Fonte: trabalho de campo.

Este levantamento foi realizado durante o trabalho de campo (maio de 2015), em que outras informações além daquelas demonstradas na tabela também foram observadas. Nas três aldeias há um total de 12 pessoas com renda mensal fixa, cujos salários variam de um salário mínimo e até dois salários mínimos.

Dentre as entidades contratantes de trabalhadores indígenas destaca-se a Associação Indígena Tembé de Tomé-Açu (AITTA), que é responsável pela contratação de três agentes de

saneamento indígena, e dois agentes de saúde indígena nas aldeias Nova e Teknai, respectivamente, que através de um convênio com a FUNASA, esses agentes foram treinados para exercer tais atividades. No que concerne aos profissionais que atuam na escola, a Prefeitura Municipal de Tomé-Açu responsabiliza-se pela remuneração desses funcionários, sendo estes: professores, servente e zelador.

O acesso ao transporte nas aldeias é proveniente dos recursos dos próprios indígenas, que se deslocam de bicicletas, motocicletas, animais e automóveis. Esta realidade evidencia uma situação preocupante, visto que os condutores não são habilitados e há registros de acidentes. Além disso, durante o trabalho de campo verificou-se que era uma prática comum, presenciando-se inclusive cenas de menores conduzindo os veículos de forma irregular.

Com a chegada do grande projeto, representado pelas empresas, a dinâmica social da tribo vai sendo alterada, e seus impactos de maneira mais intensa sobre o lugar, seja no meio ambiente ou a partir da inserção da tribo no meio mais técnico-científico e informacional. A partir das transformações ocorridas no território dos Tembé após a chegada das multinacionais, com base em Santos (1992), pode-se inferir que esses projetos de modernização são empreendidos para suprir as demandas do capital, estando muitas vezes desvinculados dos interesses da população local da região onde se instalam.

No próximo capítulo, denominado “A chegada do estranho no território Tembé”, buscamos aprofundar a análise sobre a intervenção dessas empresas no território. Em seguida, no terceiro capítulo enfatizamos as tensões internas e externas ocorridas com os índios no seu território.

CAPÍTULO 2

A CHEGADA DO ESTRANHO NOS TERRITÓRIOS TEMBÉ TURÉ-MARIQUITA

Os projetos implantados no Pará e na Amazônia, de modo geral podem ser interpretados segundo a visão de Santos (2008), que considera como um Sistema de objetos que obedece a uma lógica que é estranha ao lugar, e não representa os anseios da população local. Neste sentido, a região não exerce a sua real função de reger, mas sim de obedecer aquilo que lhe é imposto externamente. Isso ocorre porque o mundo reverbera no conjunto de lugares, como o exemplo das aldeias indígenas Tembé, que sofrem os impactos por estarem inseridas na região do dendê no nordeste paraense, mudando a configuração do lugar. Essa mudança deve-se à ação compartilhada, com intermediação do Estado e dos grupos empresariais hegemônicos. Nesse contexto, a Amazônia se reinventa a cada *boom* econômico, como vem ocorrendo historicamente durante os ciclos da borracha, pimenta, pecuária, soja e dendê.

Neste capítulo analisamos as condições políticas, técnicas e territoriais que permitiram a chegada da Biopalma. Destacamos os caminhos e descaminhos para obtenção de terras nas áreas do entorno das terras indígenas Tembé Turé-Mariquita no final da década passada. Observa-se o Estado sempre por trás do interesse das grandes organizações mundiais, criando instrumentos, normas e planos para legitimar as atividades empresariais, conforme análises de Martins (1993), Costa (2000) e Ianni (1977). Neste sentido, é fundamental entender a chegada da Biopalma no nordeste paraense, e mais precisamente no município de Tomé-Açu, tentando interpretar geograficamente as tensões territoriais emergentes desse encontro.

O livro “A chegada do estranho”, de Jose de Souza Martins (1993), é a base para o título deste capítulo, pois o autor reflete, inicialmente, como podem ser configurados efetivamente os impactos dos grandes projetos econômicos da Amazônia sobre as populações indígenas e camponesas. Lembra, ainda, que o impacto social e cultural das mudanças tecnológicas é uma preocupação antiga da Sociologia e da Antropologia. Entendemos que é o caso da implantação tecnológica da cultura de dendê em torno da Terra Indígena, em que é usado um maquinário de grande porte, que vai destruindo a mata e plantando a dendeicultura.

2.1. A Segmentação do Mineroduto nas Terras Indígenas

O projeto de mineração implantado pela Pará Pigmentos e Imerys Rio Capim Caulim corrobora a sua importância para o município em que se localiza no que diz respeito à geração de empregos, investimentos em projetos sociais e meio ambiente, além do recolhimento de impostos, como contribuição ao fortalecimento das finanças públicas do mesmo.

A alocação desses recursos na execução de obras da prefeitura desde a entrada dessas multinacionais corroborou a implantação de projetos de beneficiamento mineral e as transformações socioterritoriais em Tomé-Açu. A década de 1970 foi marcada principalmente pelas relações entre as nações produtoras e consumidoras de petróleo, mais especificamente em 1973 houve uma forte crise no setor, que provocou um rearranjo territorial no sistema mundial das plantas industriais intensivas em energia. Com isso, o Japão, que possuía uma grande parcela industrial no setor de energia, foi fortemente afetado pela elevação dos preços do petróleo. A partir daí, o Japão, que à época era o maior consumidor de alumínio, começou a fechar suas unidades industriais do metal primário e transferindo suas unidades para os países periféricos, onde o fator energia, mão de obra e legislação ambiental fossem mais atraentes.

Conseqüentemente, a reestruturação mundial da indústria de alumínio primário trouxe como consequência a queda do oligopólio das indústrias e a formação de *joint-ventures* em países periféricos, onde a energia fosse mais barata. Sendo assim, em julho de 1976 os governos do Brasil e do Japão assinaram um acordo de cooperação para a construção de um complexo produtor de alumínio no estado do Pará. Essas transformações territoriais na área começaram no ano seguinte, em 1977, com a edição das *Joint-Ventures* internacionais nos países em desenvolvimento, permitindo que duas ou mais empresas ou grupos econômicos compartilhassem as propriedades e as funções dos ativos de capital, os riscos, os lucros e os processos para a tomada de decisões relacionadas a uma empresa ou a investimentos em novos projetos.

Um empreendimento associa as empresas participantes visando manter suas individualidades para obter o agrupamento de suas forças para a execução de novas atividades econômicas (LOBO, 1996. p. 43 apud ZONINSEIN; TEIXEIRA, 1983, p. 600). O objetivo era assegurar a instalação do complexo industrial Albrás-Alunorte, do núcleo urbano de vila dos Cabanos, do complexo industrial Albrás-Alunorte, do porto de Vila do

Conde, além da estação de força e luz. Ressaltando que essas áreas eram ocupadas por pequenos produtores rurais que sobreviviam das atividades da pesca, agricultura, caça e do extrativismo vegetal. A Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará (CDI) foi responsável pela desapropriação da área, porém não se deu de forma pacífica, ao contrário, houve muita resistência e discordância com os valores pagos pelos lotes de terra, comprometendo em muitas áreas a produção já existente.

Esse processo levou em consideração a população atingida apenas como um obstáculo a ser removido para as futuras instalações e modernização da produção, definido por Maia e Moura (1995, p. 225) como um fenômeno irreversível, sendo objeto de preocupação pelo Estado como algo que está ocupando um espaço redefinido pela racionalidade do grande empreendimento.

Em 1978 foi constituída a Albrás (Alumínio Brasileiro S.A), reunindo capitais brasileiros, com 51% das ações através da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD); e de capitais japoneses, com 49% das ações da Nippon Amazon Aluminium Co. Lta (NAAC). Em 1983, iniciam-se as obras de construção da primeira fase da Albrás. No ano seguinte, entram em operação as duas primeiras unidades geradoras da usina Hidroelétrica de Tucuruí, responsável pelo abastecimento do complexo alumínico, cuja obra foi toda custeada pelo governo federal, com a inauguração da empresa em 1985.

Com a inauguração da Albrás, outras empresas seriam instaladas em Barcarena, como a Alunorte em 1995; e as empresas do setor de caulim Pará Pigmentos e Imerys Rio Capim Caulim, ambas inauguradas em 1994.

A Pará Companhia Brasileira, ligada à Imerys Pigmentos de Papéis, (IMERYS-Rio Capim Caulim S./A.), instalada em 1994 no município de Barcarena, estado do Pará, a 14 km em linha reta da capital paraense, e sua mina localiza-se na região nordeste do estado, no município de Ipixuna. O grupo responsável por esse empreendimento é predominantemente estrangeiro de nação francesa e também opera em 47 países e em todos os continentes, cujo foco é a extração e o fornecimento de caulim para todas as indústrias de papéis do mundo.

Em dois anos de funcionamento, esta companhia realizou seu primeiro embarque para a Europa, e a partir disso, a empresa diz que vem investindo em tecnologias de ponta e na grande qualidade e excelência máxima em seus produtos e serviços, iniciando uma produção de 47 mil toneladas alcançando hoje um 1.600 milhão toneladas anuais no ano de

2010, sempre sendo a maior beneficiadora de caulim do mundo, afirmando que possui uma preocupação com o meio ambiente. No ano de 2010, na Imerys RCC, 99% do caulim produzido eram destinados à fabricação de papéis comuns e especiais, pois misturado à celulose proporciona brilho em papéis especiais, tornando-os mais brancos e opacos, facilitando a impressão. Esse produto substitui parte da celulose vegetal, mas o caulim também é utilizado na fabricação de cosméticos, materiais de higiene, cerâmicas, porcelanas, filtros catalizadores para controles de poluição, plásticos, borrachas e vários outros produtos.

Na região amazônica, o mineral é encontrado em jazidas do tipo sedimentar, pois nesse estado o caulim é muito mais puro do que em outras regiões brasileiras, corroborando o porquê de tanta extração e investimento em massa, pois a riqueza mineral deste estado atraiu esses tipos de investidores estrangeiros, gerando possivelmente um aumento excessivo de impactos socioambientais, que devem ser monitorados pelos órgãos responsáveis e pela fiscalização na entrada dessas multinacionais.

Esse Caulim extraído no estado do Pará é transportado da mina, no município de Ipixuna até a fábrica localizada no município de Barcarena por meio do mineroduto que tem 158 km de extensão, onde se leva de dois a quatro dias para o transporte de 10 toneladas. Depois disso, segundo informação da empresa, o caulim passa por um processo de beneficiamento rigoroso, garantindo sua qualidade.

A Companhia divulga em seu site que promove programas voltados ao desempenho ambiental e ao desenvolvimento sustentável, afirmando que há uma preocupação constante em manter uma gestão adequada aos tipos de negócios desenvolvidos pela empresa, reafirmando que essa preocupação em diagnosticar os riscos ao meio ambiente em cada local objetiva evitar, minimizar ou remediar qualquer situação prejudicial, o que resulta na garantia de uma boa atividade industrial, alegando sempre atuar em conformidade com as leis e regulamentações vigentes. No ano de 2010, a empresa contou com oito projetos/programas sociais, voltados ao atendimento das comunidades localizadas em torno de suas unidades (planta e mina), acolhendo em média duas mil pessoas, com o intuito de cumprir com a sua responsabilidade empresarial e social, contribuindo para a cidadania, saúde, educação e geração de renda das comunidades que as cerca, buscando valorizar os comunitários como pessoas capazes de desenvolver sua sustentabilidade, preservando suas origens e costumes (www.imeryspara.com.br).

A empresa também executa outros projetos ambientais, como a construção de bacias de contenção impermeabilizadas que funcionam como açudes e são responsáveis pelo fornecimento de água, onde ficam armazenadas principalmente água e pequenas quantidades de caulim não aproveitado que fica sedimentado no fundo e a água que fica na superfície é bombeada e reutilizada no processo, em que 85% da água utilizada vêm da reciclagem das bacias de contenção. Parte do rejeito também é reaproveitada no processo produtivo que gera o produto e ainda aumenta a vida útil das bacias.

Em relação ao reflorestamento de áreas lavadas, a empresa informa que são recuperadas através de um viveiro com 12 mil mudas de 45 espécies, sendo que 40.000 já foram plantadas, sendo 5.100 somente em 2007. A multinacional traçou uma meta para 2010 de plantar 75 mil mudas em parceria com as comunidades locais, através de um programa de geração de renda. A empresa também cita no Site que é necessário o uso de ferramentas específicas e sistematizadas para o controle de todos os processos, e que essas ferramentas servem de mapa para todas as coordenadas sobre o desempenho ambiental, saúde e segurança. Com isso, tornam os colaboradores os maiores responsáveis pelo cumprimento de padrões e normas que garantem a eficácia da empresa (www.imeryspara.com.br).

Ainda segundo o Site, o empreendimento está em operação no Pará desde 1996. Em 2010, a Imerys Rio Capim Caulim adquiriu a Pará Pigmentos S.A. (PPSA), que pertencia ao Grupo Vale do Rio Doce. Com sua estrutura duplicada, a mineradora passou ter o maior projeto de beneficiamento de caulim do mundo, que representa 71% da produção de caulim no Brasil.

Essas operações da Imerys Capim trouxeram para o Estado a experiência do Grupo Imerys, líder mundial em soluções especiais de base mineral para a indústria. O minério é extraído de duas minas em Ipixuna do Pará, localizadas às margens do Rio Capim. O caulim é transportado por minerodutos até Barcarena, onde é beneficiado e embarcado no porto privado da Imerys, e que a maior parte do minério tem como destino o mercado internacional.

Segundo as informações do site, das minas de Ipixuna do Pará, o caulim é transportado por dois minerodutos, que passam por Tomé-Açu, Acará, Mojú e Abaetetuba até chegar a Barcarena. Nesse percurso, os dutos ainda atravessam os rios Acará Mirim, Acará e Mojú. O mineroduto que sai da mina Rio Capim Caulim (RCC) tem a extensão de

160 km, e o outro que sai da mina Pará Pigmentos S.A tem 180 km, conforme mostrado no mapa (Figura 14).

Figura 14 - Mapa de localização dos dois minerodutos.



Fonte: www.imerys.com.br

2.2. O Dendê na Amazônia Paraense

A cultura do dendê foi introduzida no Brasil em meados do século XV pelos escravos na época da escravatura, através do tráfico e comercialização de escravos oriundos do continente africano, dando origem aos dendezaís subespontâneos no litoral Baiano (VALOIS, 1997).

A cultura do dendê na Amazônia paraense tem origem na implantação de um projeto piloto pela antiga Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), atual Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por meio de um convênio de cooperação técnica com o Institut de Recherches pour Les Huiles et Oleagineux (IRHO) da França, em novembro de 1966. O intercâmbio entre as instituições produziu a primeira experiência com a espécie africana em solo amazônico, para verificar sua adaptabilidade e o seu potencial na região. O empreendimento inicia-se em 1968, sendo concluído em 1974, e nesse mesmo ano o projeto de dendê saiu do âmbito federal (SUDAM) e passou para a iniciativa privada, para as mãos do consórcio HVA Internacional (Holandesa), com Plantios no Suriname, Cotia Trading e a Dendê do Pará Ltda. (Denpal), e mais tarde com a denominação de Dendê do Pará S.A (DENPASA) (PANDOLFO, 1981; HOMMA; FURLAN Jr., 2001; MÜLLER et al., 2005).

De acordo com Bastos dos Santos (2015), em 1973, no governo Fernando Guilhon, a SAGRI criou o “Projeto Dendê” com a meta de implantar 1500 ha de cultivo, divididos em pequenos lotes no entorno da DENPASA. Dois anos depois, a cooperativa Agrícola Mista Paraense (Cooparaense), de Santa Isabel do Pará, deu continuidade ao projeto, com plantio de 50.000 dendezeiros, abrangendo quatro municípios: Santa Isabel do Pará, Santo Antônio do Pará, Benevides e Ananindeua. A produção desses agricultores era entregue à antiga cooperativa DENPASA, que originou a Companhia Dendê Norte Paraense (Codempa), pois já possuía uma usina de processamento de cachos e absorvia a produção de matéria-prima dos seus cooperados. Em 1976, foi criada no município de Santa Bárbara a primeira fábrica de beneficiamento de óleo de dendê na Amazônia, pertencente à DENPASA.

Roberto M. Rodrigues, em seu livro sobre a Amazônia Paraense lançado em 1982, já citava o “Dendê do Pará”, afirmando que a palmeira já era bem aclimata na região e que existiam duas espécies: *Elaeis melanococca* e *Elaeis guyanensis*, também conhecidas como “caiaué”. Rodrigues também discorre sobre as vantagens dessa palma na região, pelo clima favorável da Amazônia, somado às grandes extensões de terra no Pará e localização geográfica próxima aos grandes centros consumidores, como Estados Unidos e Europa, fazendo uma breve

análise referente à produtividade, pluviometria, insolação, temperatura, altitude e outras, enfatizando que essas condições só existem na Amazônia e em pequenas faixas do litoral baiano.

E continua uma análise interessante para a época, indicando que a árvore do dendê pode ser de cultivo perene, com ciclo vital de 25 a 30 anos, produzindo o ano inteiro, frutificando com um ano e meio de vida e com rendimento superior as palmeiras plantadas na África e Ásia (RODRIGUES, 1982).

Rodrigues (1982) cita dados sobre o óleo extraído, principalmente por ser comestível, e tanto a amêndoa como o óleo e a gordura contêm altos níveis de caroteno, prestando-se para o fabrico do óleo de cozinha, margarina, composto químico para obtenção da têmpera do aço. E já iniciando os testes como substituto do óleo diesel como fonte alternativa de energia.

A empresa Dendê do Pará S/A (DENPASA), instalada no município de Benevides em 1980, teve a sua produção inicial de 5.000 toneladas, momento que inicia sua colheita numa área de 2.000 ha, cuja área total plantada à época era de 23.000 ha. Rodrigues afirma que a introdução da monocultura do dendê no estado do Pará, em caráter industrial, estava se mostrando promissora, e uma das mais produtivas do mundo, igualando-se às da Costa do Marfim e da Malásia.

Outras empresas que introduziram a monocultura da palma de dendê no Pará foram REASA, atual Marborges, e o Grupo Agropalma, na década de 1980. As demais iniciaram a partir da criação do Programa Nacional de Produção do Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PPSPO), lançados pelo do governo federal em 2004 e 2010, respectivamente, são responsáveis pela dinâmica territorial atual da cultura da palma de dendê na microrregião de Tomé-Açu, no nordeste paraense.

Esses programas fomentam e normatizam a expansão das empresas já consolidadas na região, como, por exemplo: o Grupo Agropalma e a Marborges, bem como a chegada de novos empreendimentos do ramo, como as empresas: Petrobrás Biocombustíveis (PBIO), a Biopalma/Vale, a GALP Energia, a Multinacional ADM (Archer Daniels Midland Company). (NAHUM; MALCHER, 2012).

2.3. A Biopalma em Tomé-Açu

A Biopalma da Amazônia S.A, Reflorestamento Indústria e Comércio, criada em 2007 pelo Grupo MSP, localiza-se na Rodovia PA-150, Km 37, no município de Moju, sua área inicial de atuação e sede da empresa. Nesse mesmo ano, a empresa adquiriu 115 propriedades rurais vinculadas à atividade pecuarista nos municípios de Moju, Acará, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Barcarena, São Domingos do Capim, Concórdia do Pará e Tomé-Açu. Em 2009 foi criado um consórcio entre a empresa Biopalma e a Vale, e a partir daí, a Biopalma passou a ter 59% do controle da empresa e a Vale 41%. Em 2011, a Vale ampliou a sua participação para 70%, assumindo o controle (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2014).

O estatuto social da Biopalma foi criado em 28 de janeiro de 2011, e conta com uma sede em Belém e seis filiais nas cidades de Moju, Concórdia do Pará, Acará, Tomé-Açu, Abaetetuba e São Paulo (SP). A companhia dedica-se às atividades de cultivo da palma de óleo e outras espécies vegetais; extração e beneficiamento de óleo de palma e de outros vegetais; produção de gorduras vegetais; comercialização atacadista interna de produtos agrícolas, óleo e gorduras vegetais; atividades de reflorestamento, com participação em outras sociedades como sócia ou acionista; a produção e comercialização no atacado de sementes e mudas de palma e outras variedades; produção e comercialização de energia a partir de biomassa e ou resíduos ou influentes industriais; prestação de serviço de consultoria agrícola e industrial; comercialização de madeira de reflorestamento e comércio atacadista de alimentos para animais.

O Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil atrai para o espaço agrário regional empresas como a Biopalma, a Petrobras Biocombustível, ADM (Archer Daniels Midland), dentre outras. Este processo foi precedido pelo aquecimento do mercado de terras nos municípios do nordeste paraense, em busca de áreas antropizadas, pois, segundo o Art. 4º do Programa, “Fica vedada, a partir da vigência desta Lei, a supressão, em todo o território nacional, de vegetação nativa para a expansão do plantio de palma de óleo”.

Segundo o Decreto 7.172, de 7 de maio de 2010, nos municípios da microrregião Tomé-Açu encontram-se áreas preferenciais e regulares para o cultivo do dendê (Tabela 3).

Tabela 3 - Área para cultivo do dendê na microrregião de Tomé-Açu.

Municípios	Área para cultivo (hectare)	
	Preferencial	Regular
Acará	209.028,96	367.265,16
Concórdia do Pará	30.288,60	38.830,32
Moju	155.803,32	245.466,36
Tailândia	0	194.526,36
Tomé-Açu	0	279.123,48
Total	395.120,88	112.5211,68

Fonte: Thury e Nahum (2015, p. 88).

Ainda segundo Thury e Nahum (2015), o Decreto aprova o Zoneamento Agroecológico da cultura da palma de óleo:

Considerando-se basicamente o cruzamento da aptidão climática com a aptidão das terras para o dendê, conferindo-se ênfase na interação entre solo e clima. Para avaliar a aptidão das terras para essa cultura, os fatores limitativos dos solos considerados representativos das condições agrícolas das terras são deficiência de fertilidade natural, deficiência de água, excesso de água e riscos de inundação, susceptibilidade à erosão, impedimentos ao desenvolvimento radicular, e impedimento à mecanização (Anexo do Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010).

Trata-se de áreas antropizadas, pois a microrregião de Tomé-Açu dedicava-se a várias atividades produtivas, em função das quais se reproduziu a dimensão espacial da vida cotidiana. A extração de madeira, a pecuária extensiva, a cultura da pimenta, de mandioca, a policultura de frutas e outras, possibilitaram que a agropecuária tivesse grande contribuição no PIB, associadas ao forte setor de serviços e ao fraco setor industrial, somados aos impostos e fundos de participação municipal que compunham o PIB dos municípios.

Segundo Nahum e Santos (2013), antes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil, o Grupo Agropalma praticamente monopolizava o agronegócio do dendê na microrregião de Tomé-Açu, e seus produtos destinavam-se à indústria de alimentos. A partir destas políticas de Estado, sobretudo do Decreto nº 7.172, de 7 de maio de 2010, que aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo, a cultura do dendê passou a ser desenvolvida também por empresas como Biopalma, Petrobras Biocombustível, a portuguesa GALP Energia, a multinacional ADM (Archer Daniels Midland Company) e outras que se estabelecem na região, conforme o anexo do Decreto, com 23.276,73 km² de área preferencial para o cultivo da palma, distribuídos por 53 municípios; e 69.999,88 km² de área regular, distribuídos por 66 municípios.

Para Nahum e Santos (2015), o zoneamento reedita a ideia de espaço vazio e a ideologia da fronteira, tal como descritos em Nahum (2012). Na segunda década do século XXI, multinacionais como a Vale e a Petrobrás, que historicamente têm seu foco em setores não agrícolas, orientam parte de seus recursos humanos, tecnológicos e financeiros para a produção de óleo de palma de dendê utilizável na composição do biodiesel, edificando empresas como Biopalma, do grupo Vale, e a Petrobrás Biocombustível. Políticos, empresários e comerciantes regionalmente conhecidos promoveram uma verdadeira varredura fundiária, mapeando imóveis rurais potencialmente qualificados para a dendeicultura. Fazendas agropecuárias, sítios, chácaras, produtivos ou não, foram negociados, impulsionando o capital especulativo alicerçado na terra. O montante do capital especulativo aumentava quando a terra era revendida para novos empreendedores da dendeicultura de energia.

Para Nahum e Santos (2015), o mercado de terras cria condições territoriais para que empresas adquiram terras para dendeicultura. Segundo BASA (2012), a Biopalma tem por meta plantar 80 mil hectares, sendo 60 mil/ha próprios, praticamente adquiridos, e 20 mil/ha em associação com a agricultura familiar. Abrangendo duas mil famílias nos municípios de Abaetetuba, Acará, Concórdia do Pará, Moju e Tomé-Açu. Considerando-se que a reserva legal a ser respeitada pelo dendê no estado do Pará é de 50% da área plantada, de acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico, podemos dizer que a Biopalma terá o monopólio de uso do território de uma área de 160 mil/ha.

Segundo Nahum e Malcher (2012), a Petrobras Biocombustível desenvolve dois grandes projetos de agricultura de energia (BASA, 2012). O projeto Belém Bioenergia S/A (BBB), em associação com a GALP Energia, visa à exportação de óleo para Portugal, com previsão de exportar 250 mil toneladas em 2014, abrangendo 50 mil/ha, em associação com agricultores familiares e produtores independentes. O outro projeto é o Petrobras Pará, com a meta de ocupar uma área de 48 mil/ha para abastecer a Região Norte. A empresa não tem interesse na aquisição de terras, por isso estabelece parcerias, sobretudo arrendamento e programas de agricultores familiares. Alcançando-se essa meta, a Petrobras Biocombustível terá o monopólio de uso do território de uma área de 196 mil hectares, considerada a Reserva Legal.

De acordo com BASA (2012), a ADM do Brasil iniciou a construção de uma planta de processamento de palma no município de São Domingos do Capim em 2011, em parceria com produtores locais e o governo. A produção ocupará um total de 12.000 ha, sendo 50% próprios e a outra metade com a agricultura familiar (600 famílias com plantio individual em torno de 10 ha). A usina de processamento será implantada na comunidade Perseverança, no

município de São Domingos do Capim, com capacidade de 60 toneladas de cachos de frutos frescos por hora. Concretizando-se essa meta, a empresa terá o monopólio de uso do território em uma área de 24 mil hectares, considerada a reserva legal.

Segundo Nahum e Santos (2015), o *boom* do dendê ressalta a histórica concentração de terra, um aspecto que aparentemente foi esquecido, sufocado pelo discurso do desenvolvimento territorial rural, da geração de emprego e renda, da inclusão social e da recuperação de áreas degradadas pela pecuária, de modo que, na comparação das vantagens, a concentração de terra seria um mal necessário e menor. Os territórios do dendê evidenciam a concentração e a centralização de terra por poucas empresas. A meta da Biopalma é de 80 mil hectares de plantio, prevendo que o dendê tem 50 mil/ha de reserva, pretende chegar a 160 mil/ha (BASA, 2012). Considerando-se o cadastro ambiental rural das propriedades em nome da Biopalma, percebemos que a empresa está próxima de alcançar essa meta (Tabela 3).

Comentado por Nahum e Santos (2015), no estado do Pará conhecemos quatro caminhos pelos quais as empresas adquirem terras e plantam a palma: compra arrendamento, associação com produtor familiar e aquisição da produção de produtores particulares. Em se tratando de compra, são áreas predominantemente, mas não somente antropizadas, inicialmente de extração de madeira, precursora da pecuária extensiva e de fazendas que têm na renda da terra o seu principal instrumento de valorização.

As áreas adquiridas na região de Tomé-Açu encontravam-se bastante degradadas, devido ao uso intensivo do solo ocasionado pela atividade agropecuária, que durante anos foi alterando a paisagem na região (FLORESTAS ENGENHARIA, 2011). Na área de abrangência direta de todos os polos e propriedades da empresa Biopalma encontram-se somente duas Terras Indígenas, ocupando apenas 0,1% da área, coincidentemente, na região de Tomé-Açu.

A aquisição de áreas na região de Tomé-Açu iniciou no final de 2007 e começo de 2008. Em 2009, a empresa instalou seus viveiros na região, começando o preparo das áreas nas fazendas para o primeiro plantio em 2010, abrangendo dez mil hectares na região de Tomé-Açu, iniciando a segunda etapa em janeiro 2011. As atividades produtivas foram intensificadas, sobretudo com a abertura das rodovias Transbiovale, facilitando o acesso tanto das empresas quanto da população local.

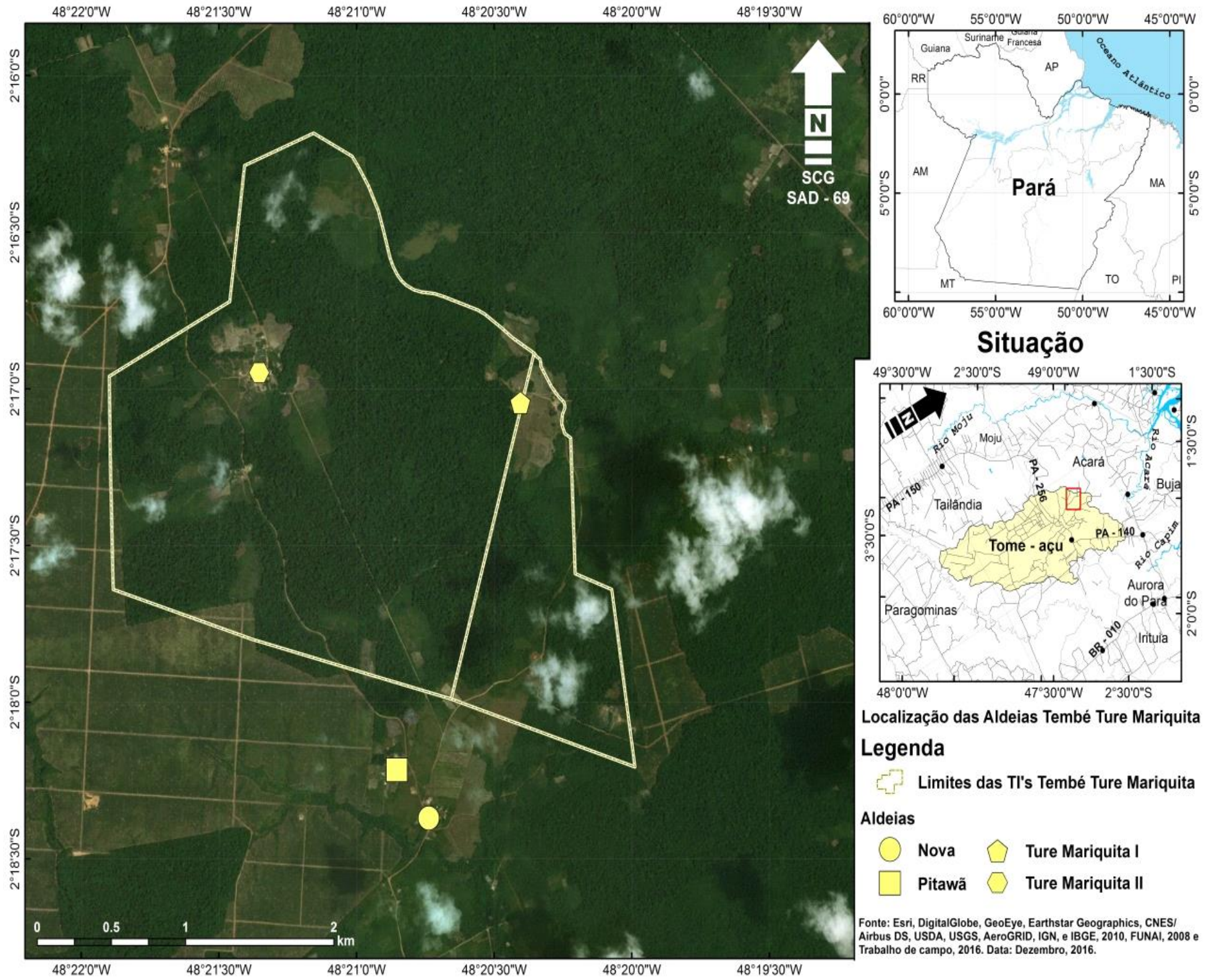
CAPÍTULO 3: TENSÕES INTERNAS E EXTERNAS NOS TERRITÓRIOS TEMBÉ TURÉ- MARIQUITA

Neste capítulo analisa-se o encontro e as tensões nos territórios indígenas e no seu entorno, com a chegada da Pará Pigmentos e da Biopalma. Informações coletadas na pesquisa bibliográfica, judicial, cartográfica e de campo evidenciaram as transformações, como identificamos no caso de algumas denúncias dos caciques durante a pesquisa de campo.

A configuração espacial dos territórios Tembé modifica-se no final de 1995, como já citado anteriormente, com a chegada da empresa Pará Pigmentos e seu mineroduto de caulim cortando os territórios indígenas; e com a chegada da Biopalma no início de 2007, quando instalou seus viveiros na região. Em maio/junho de 2009 inicia-se o preparo da área nas fazendas que compõem o polo e, em janeiro de 2010, houve o primeiro plantio. Em março de 2011, finaliza-se a implantação de dez mil hectares de dendê na região de Tomé-Açu, finalizando a segunda etapa do plantio, iniciada em janeiro de 2011, como mostrado no mapa a seguir (Figura 15).

Nesses processos, houve a abertura das rodovias como a Transbiovale que cruzam as terras dos empreendimentos, onde as pessoas geralmente têm livre acesso. As fazendas adquiridas pelas empresas que faziam fronteira com as terras indígenas são: Três Irmãs, Campo Belo e Eikawa, de onde visualizava as áreas degradadas reservadas para o plantio de palma.

Figura 15 - Mapa das Aldeias Ture, Teknay, Nova e Pitawa. Ano 2016.



Fonte: Elaboração do autor.

Segundo o cacique Emídio Tembé, chegaram pessoas não indígenas aos territórios, estando abrigadas nas aldeias Nova e Turé-Mariquita. Com isso, houve denúncias à FUNAI, pois é proibida a permanência de pessoas estranhas nas aldeias. Então, ele responsabiliza a chegada da Biopalma como fator de atração dessas pessoas.

Não é de hoje que tem gente de fora das aldeias morando aqui. Já fomos fazer denuncia na FUNAI. Eles vieram aqui. Falamos com doutor Patrick. Mesmo assim continua. Índios somos nós filho do seu Purangati Tembé. As pessoas de fora estão na aldeia Nova e Turé. (Emídio Tembé, comunicação verbal, 2015).

Em sua fala, Emídio Tembé também cita o procurador da republica Patrick Colares. Juntamente com a FUNAI, o Ministério Público Federal é outro órgão que dá apoio aos índios Tembés na sua luta e nas tensões territoriais. Também enfatiza em sua fala que os descendentes do cacique Lúcio Purangati Tembé são os verdadeiros indígenas nos territórios Tembés.

Analisando a população de cada aldeia citada na pesquisa, entre os anos de 2009, 2011, 2013 e 2016 percebemos um decréscimo na população da aldeia Ture e um aumento nas demais, sendo que na aldeia Nova, que hoje tem seu território dividido com a Pitawa, esse aumento foi significativo, pois passou de 11 índios em 2009 para 86 em 2016.

Outra análise importante foi a de população por aldeias, por faixa etária e por sexo, identificando-se maior número de mulheres, com pouca diferença em relação aos homens. O número de crianças chegou a 39% igualando-se ao de adultos, que foi de 40%, além de identificação de 20 adolescentes e 8 idosos.

Tabela 4 - Dinâmica populacional das aldeias.

Aldeias/Anos	2009	2011	2013	2016
Ture	20	23	11	16
Teknay	30	29	26	37
Nova	11	34	46	86
Pitawã	0	0		
Total	61	86	83	139

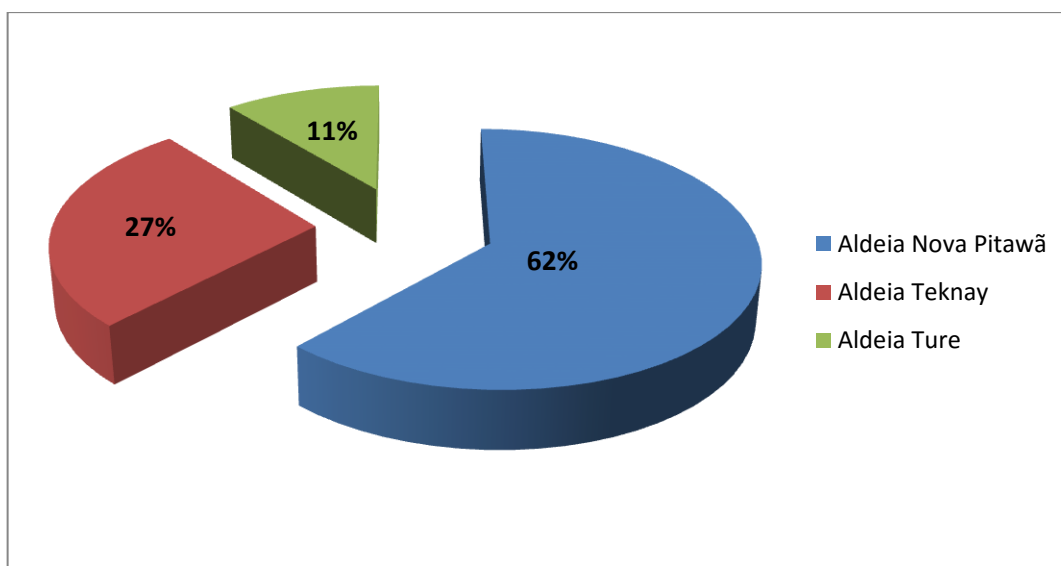
Fontes: SIASI/DSEI/FUNASA, Diagnóstico Florestas Engenharia e diário de campo. 2016.

Na Aldeia Teknay a população compõe-se no total de 37 pessoas, sendo 20 homens, 17 mulheres, 17 crianças entre 0 e 13 anos, 5 adolescentes entre 14 e 18 anos, 14 adultos e um idoso. Já na Aldeia Turé, compõe-se de 16 Pessoas, sendo 10 homens e 6 mulheres, dentre estes 5 crianças entre 0 e 13 anos, 4 adolescentes entre 14 a 18 anos, 6 adultos e uma idosa.

Por fim, a Aldeia Nova possui um total de 86 pessoas, sendo em 2013 a população foi dividida, dando origem a uma nova aldeia chamada de Pitawã, onde atualmente encontram-se 38 homens e 48 mulheres, dentre estes, 33 crianças entre 0 e 13 anos, 11 adolescentes entre 14 e 18 anos, 36 adultos e 6 idosos.

Portanto, neste território indígena, nos últimos sete anos houve um aumento populacional de 61 índios no ano de 2009, passando para 86 índios em 2011 com e atualmente totalizam 139 indígenas morando nos territórios Tembé Turé-Mariquita (Figura 16).

Figura 16 - Gráfico da população residente nas aldeias do Território Tembé, ano 2016.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração do autor.

Os dados referentes à dinâmica populacional nos territórios (Tabela 4) foram coletados pelo Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), que realiza o censo demográfico nas aldeias anualmente, e somente em 2011 as informações foram obtidas no Relatório Etnoambiental (FLORESTA ENGENHARIA, 2011), e na pesquisa de campo.

A análise dos dados mostra uma dinâmica de crescimento populacional no período de 2009 a 2016, com destaque para um aumento de pessoas que passaram a residir na Aldeia Nova,

que em menos de cinco anos multiplicou o número de habitantes. Durante o trabalho de campo, os índios fizeram referência à chegada de novos moradores nos territórios indígenas.

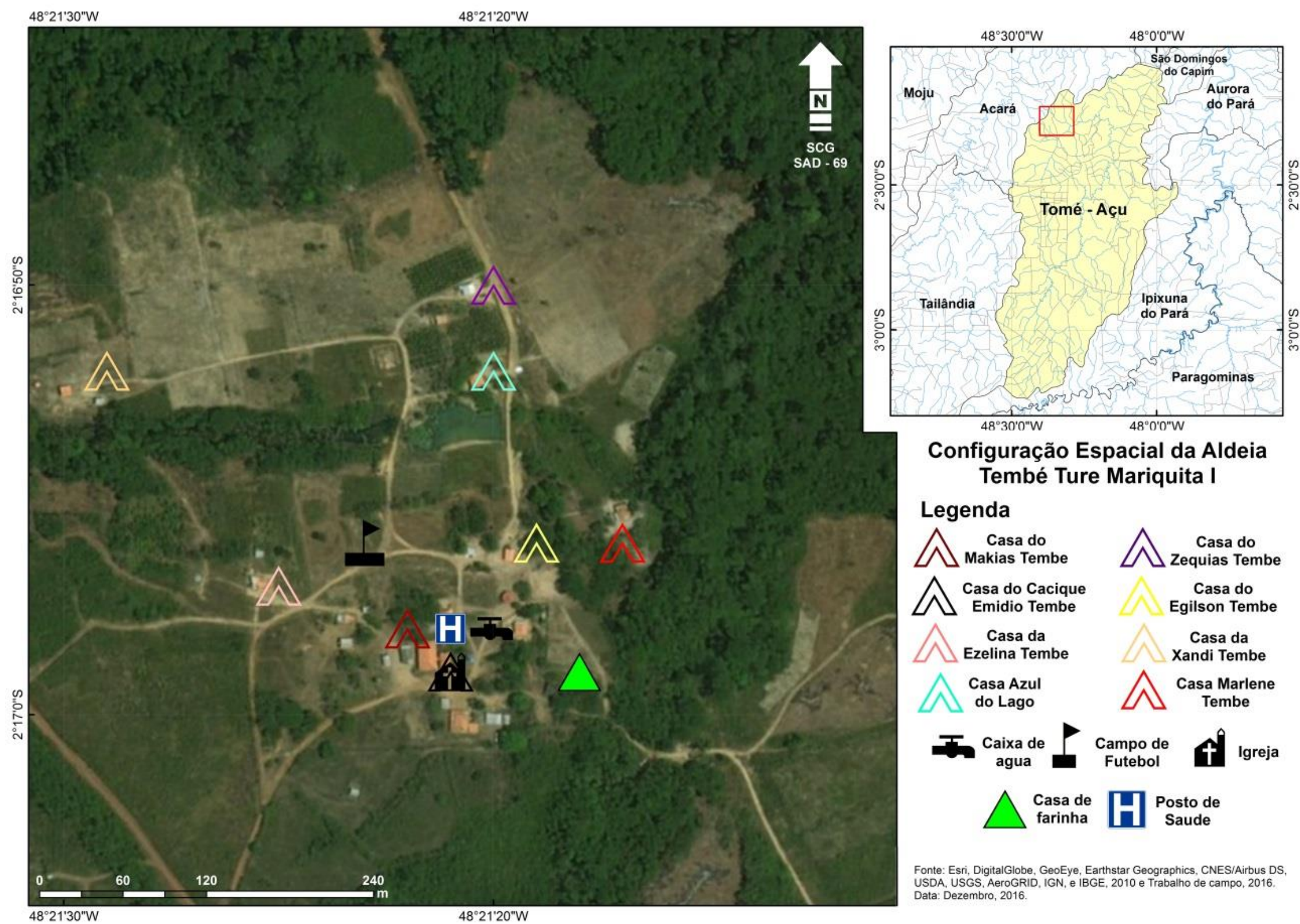
Com isso, fez-se um levantamento sobre as pessoas que se autoidentificam indígena e não indígena. O resultado desta análise mostra que 78% identificaram-se como indígenas e 22% declararam-se não indígenas. Outro fator importante é a permanência de pessoas não indígenas nos território, e as relações conjugais entre os índios e moradores das áreas próximas.

De acordo com os dados da Floresta Engenharia (2011), a dinâmica de trabalho em atividades remuneradas com renda mensal fixa nos territórios, também sofreu alterações com a chegada da Pará Pigmentos e da Biopalma. A prefeitura é o maior contratante nas atividades ligadas à educação: quatro professores de cultura indígena e língua portuguesa; e dois indígenas em atividades de serventes e zelador das escolas. Em segundo encontra-se a Associação Indígena Tembé de Tomé Açu (AITTA), responsável pela área de saúde, contratando três índios como agentes de saneamento indígena (AISAN) e dois agentes de saúde indígena (AIS).

Assinala-se que os empreendimentos próximos aos territórios Tembé têm contribuído no aumento da renda dos indígenas e na oferta de emprego, fato que se confirmou com a contratação de três indígenas pela empresa Biopalma, sendo um de cada aldeia, para trabalhar na função de vigilante dos picos de demarcação dos territórios indígenas, com remuneração de um salário mínimo mensal.

Na pesquisa de campo de 2016, na Aldeia Teknay, liderada pelo cacique Emídio e sua esposa Eliza Tembé, liderada pelo cacique Emídio e sua esposa Eliza Tembé, identificou-se uma dinâmica social em que a filha mais velha, Ezelina Tembé, trabalha como agente de saúde e agricultora; o filho mais velho, Egilson, é agricultor e vigilante da Terra Indígena; seus outros filhos, Zequias e Makias Tembé, são agricultores; e suas filhas Marlete e Cinei Tembé são professoras de língua indígena e de língua portuguesa, mas também são agricultoras; e sua neta Xandi Tembé, que foi criada por ele, é professora de arte indígena e também agricultora (Figura 17).

Figura 17: Mapa da Aldeia Teknay - ano 2016



Fonte: Elaboração do autor.

A dinâmica social da aldeia Turé-Mariquita, liderada pelo Cacique Lúcio Tembé é bem diferente das demais, pois a maior parte da população é composta de crianças e adolescentes, a grande maioria estudante. Os adultos que trabalham na aldeia não são indígenas e a matriarca da família, a capitoa Luiza Tembé, é moradora da aldeia.

3.1. Tensões Internas aos Territórios Tembés

O Mapa do corredor de conflitos no território Tembé Turé-Mariquita (Figura 18), indica tensões iniciadas em 1995, com a chegada da empresa Pará Pigmentos. Essas tensões são muito bem expressadas nas citações dos indígenas, que esclarecem como se deu a chegada da empresa Pará Pigmentos.

Em 1996 entrou a maldita empresa PPCA, a Pará Pigmentos, passando o pico em terrinha ai, ai a gente entro mesmo em conflito com eles, para amarrar algum projeto. (Lúcio Tembé, comunicação oral, agosto de 2016).

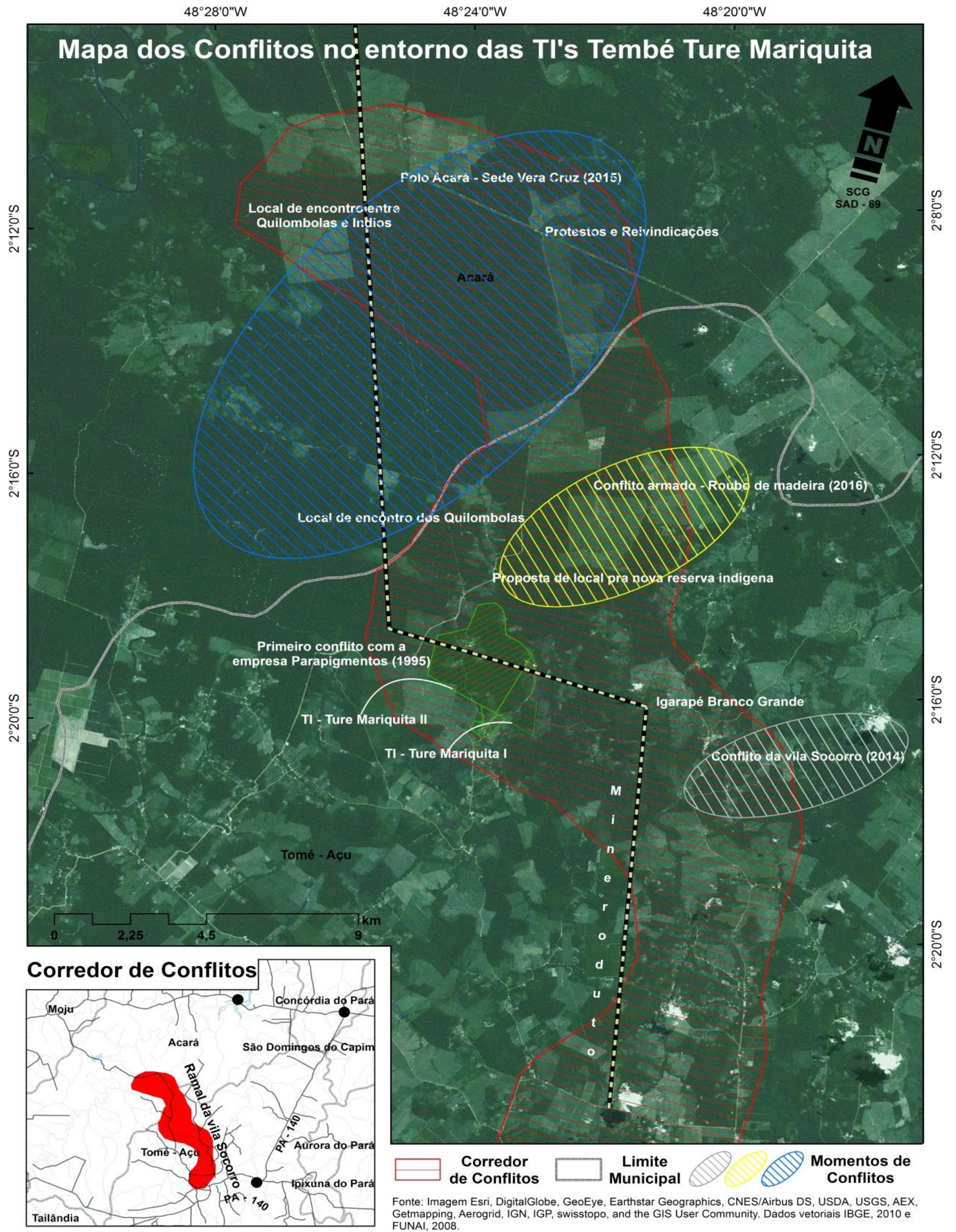
Nas duas falas dos caciques Lúcio (acima) e Emídio: “minerióduto passa aqui dentro aí nós acerta com ela, já ‘acertemo’ a primeira vez com briga”, demonstram que no momento da chegada a relação com a empresa não foi amistosa e os índios pararam os trabalhadores da empresa e prenderam o maquinário.

Pra nós ficar satisfeito nós liberar o acesso pra maquina fazer o caminho aqui pra implantar o tubo nós “falemo” que nós queria mais terra, e nós queria era o saneamento básico, que o acesso ia poluir as agua, aí nós queria pra trabalhar na roça agricultura (Emídio Tembé, comunicação oral, agosto de 2016).

Nesse momento de tensão inicial os índios já deixaram claro o que pretendiam com a ação. Que é algo em troca das atividades da empresa que irão impactar no território indígena. Na fala do cacique, percebe-se que a prioridade deles é o aumento do território com a aquisição de novas terras, fazer saneamento básico nas aldeias e apoio nas atividades ligadas à agricultura, que é a principal fonte de renda.

Outra preocupação são os impactos ambientais que a implantação do minerotudo vai trazer nos territórios, principalmente a poluição das águas que usam para beber, fazer comida, lavar e outras atividades do seu dia a dia. Discussão que faremos mais adiante neste capítulo.

Figura 18 - Mapa do Corredor de Conflitos no Território Tembê Turé Mariquita.



Fonte: Elaboração do autor.

Aí pra nós pedir um trator com equipamento agrícola, pra nós trabalhar na área da agricultura. E rapidinho a Pará Pigmentos solicitou aí veio trator, aí fizeram correr atrás dos nome dos posseiro que era dono das terra que era titulada, aí correu atrás das pessoa que ero dono aí conversaram [...] só aqui era quinze lote, quinze lote que era titulado que tinha dono não era nosso, já era de outro. Aí ela pagou 15 pessoa aí pagou 15 mil reais nas pessoas que moravam aqui. (Emídio Tembê, comunicação oral, agosto de 2016).

Com as negociações acontecendo entre a Pará Pigmentos e os índios, a empresa acatou o pedido e os índios liberaram o prosseguimento das obras. De acordo com a fala de Emídio Tembê, os índios foram atrás das informações dos donos das terras próximas à Aldeia Turé e Aldeia Nova. Com a informação repassada para a empresa, esta comprou as terras e doou para os Tembê, onde hoje encontra-se a aldeia Teknay.

Porque assim antes foi chamado eles pra conversar o que ele tinham de benefício pra aldeia, aí eles prometeram um monte de coisa né, projeto de é, sustentável, agricultura, piscicultura. E um monte de coisa mesmo prometeram, só que eles não cumpriram na verdade. Aí foram prometendo, prometendo pra nós e nós fomos ficando já com raiva deles. Eles ficavam prometendo, prometendo e não se cumpria o que eles prometiam. Aí o que acontece, aí nós fomos fazer o protesto contra eles que era toda vez vinha o chefe deles lá, e nunca chegava. Aí ficavam desdobrando a gente. Aí foi, foi que fizemo o primeiro protesto contra eles. Prendemo um bocado de maquinário aí depois veio chefe, mas queria que liberasse os maquinário dele. Aí nós liberava que eles já iam fazer. E isso foi passando, foi passando.

Outra tensão que encontramos no mapa do corredor de conflitos ocorreu no ano de 2014, o conflitos com os trabalhadores da Biopalma na Vila Socorro, comunidade situada nos territórios Tembê, contando com o apoio da população residente, onde fecharam a ponte e atearam fogo em pontes e troncos na via.

No dia 19 de setembro, o Centro de Controle Operacional Rodoviário da Biopalma recebe a informação sobre uma possível manifestação social prevista para acontecer na Vila do Socorro, no ramal Mariquita, no município de Tomé-Açu, a partir das cinco horas do dia 22 de setembro de 2014. Segundo as informações prestadas pela população ao Centro de Controle, a manifestação envolvia moradores da comunidade, com o apoio de índios das proximidades, e teria início com o bloqueio da ponte sobre o rio Mariquita, principal via de acesso à vila e ao distrito de Quatro Bocas. O objetivo da ação era chamar a atenção para as condições precárias em que a ponte se encontrava e impedir a passagem de veículos da Biopalma, alegando que estes eram os causadores das avarias, em virtude do tráfego intenso.

No dia 22 de setembro, moradores da Comunidade da Vila do Socorro, em Tomé-Açu, com o apoio de indígenas Tembê, realizaram uma manifestação no ramal Mariquita, bloqueando dois pontos estratégicos. Um na ponte sobre o rio Mariquita, via de acesso à vila

do Socorro e ao distrito de Quatro Bocas; e o segundo bloqueio foi próximo à fazenda Três Irmãos, na rodovia Transbiopalma. Esse bloqueio com toras de madeiras fechando a ponte, queimando galhos no ramal e os índios trajando roupas e adornos geralmente usados em rituais e comemorações, cujo protesto ocorreu durante todo o dia.

Segundo informações dos índios na pesquisa de campo, o objetivo da manifestação era pressionar a Prefeitura Municipal para revitalização da ponte, que se encontrava em condições precárias e impedir a passagem dos veículos da Biopalma. Por volta de seis e meia da manhã, na altura do Km 37 da rodovia Transbiopalma, que liga os municípios de Tomé-Açu e Acará, os irmãos e caciques Emídio e Lúcio Gusmão Tembé, junto com outros índios, aproveitando o tumulto das manifestações, mudaram o foco das reivindicações e passaram a reivindicar que a Biopalma assumisse uma série de compromissos, e apreenderam dois veículos que estavam a serviço da empresa, sendo uma Toyota Hilux e um Fiat Strada, bem como um veículo Hilux da empresa Atlântica Segurança Técnica Ltda., que presta serviço de vigilância à empresa. Os empregados que estavam nos veículos foram surpreendidos com a ação dos indígenas e colocados para fora dos veículos. Segundo o técnico de segurança da Biopalma, os índios estavam armados de terçados e pedaços de pau.

Assim, havia um comando porque assim. Ah eles não tão fazendo aquilo que nós tamo solicitando pra eles então nós vamo fazer assim, nós vamo prender os maquinário deles. Aí nós fazia o quê? Nós reunia e marcava, amanhã nós vamo lá fazer prender os maquinário deles pra ver se eles fazem alguma coisa. Ai nós ia lá se reunia a galera, aí nós ia lá prendia os maquinário. La vem de lá pra cá. Prometia, um monte de coisa. Não mais libera os maquinário, aí nós liberava. Mas nunca veio até hoje. (Zequiades Tembé, comunicação oral, agosto de 2016).

De acordo com Zequiades, as ações contra Biopalma foram planejadas, em que a apreensão dos maquinários transformou-se numa rotina, como forma de pressionar os dirigentes que nunca apareciam nas reuniões para possíveis acordos.

A segurança empresarial informou no relatório do Centro de Controle Operacional Rodoviário que a manifestação teve grande impacto no processo produtivo, pois vários veículos estavam impedidos de chegar aos seus destinos; o ônibus dos funcionários também foi impedido de passar. Os quatro ramais que davam acesso aos polos da Biopalma estavam interditados. Nesse momento foi acionado o setor de relações institucionais, que estava a caminho e ficaria acompanhando e monitorando a situação.

Segundo relatos da empresa Biopalma no processo, às 08h50 da manhã, os veículos não estavam transitando no interior do território indígena, mas sim em uma estrada próxima,

que é utilizada inclusive por pequenos produtores rurais, onde os veículos que estavam a serviço e foram apreendidos indevidamente pelos índios, e eram alugados pela empresa Hertz, que logo tomou ciência do ocorrido e propôs um diálogo para resolver a situação, e concordou em realizar uma reunião no dia 23 de setembro de 2014.

Algumas eu tava, que nós fizemo a greve né. Aí prendemo os maquinário da empresa pra chamar atenção dos cabeção lá, pra vir trazer benefício pra aldeia né. Só que ele vinha.. Foi ano passado. Foi 2014,. Toda vez fica fazendo protesto contra eles né, eles fica prometendo, prometendo toda vez, até hoje num cumpriram nada. . (Zequíades Tembé, comunicação oral, agosto de 2016).

No dia seguinte, os indígenas envolvidos no conflito apresentaram uma carta redigida à mão, que está em anexo ao processo judicial, com os itens de reivindicação perante à Biopalma, entre os quais: pagamento mensal de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) durante todo o ciclo do dendê; reforma de trator, caminhonete e três veículos; dois computadores desktop; dois notebook 4G; dois datashow de marca Positivo; torre para telefonia; combustível; construção de casas; projeto de criação de peixe, galinha e porco; galpão comunitário; reforma do posto de saúde da aldeia e um micro-ônibus.

Segundo relatos da Biopalma no processo 0029245-40.2014.4.01.3900 na Justiça Federal do Pará, os índios apareceram utilizando os veículos apreendidos e ameaçaram destruí-los caso as suas reivindicações não fossem atendidas pela empresa. Os dirigentes da Biopalma, inconformados com as reivindicações e ameaças dos indígenas, consideravam o pleito totalmente improcedente, pois não havia atividade no território indígena, então a empresa entrou com o processo contra os grupos indígenas.

Outra tensão que gerou conflito de grande repercussão com a empresa ocorreu no ano de 2015, com a invasão do polo de beneficiamento do Acará, sede Vera Cruz. Esses protestos e reivindicações contaram com o apoio de quilombolas e agricultores familiares residentes no entorno dos territórios Tembé.

Esta tensão foi planejada e ocorreu devido ao esgotamento nas negociações com a Biopalma, que não davam em nada. Com base em alguns relatos dos Índios sobre o ocorrido, observamos como transcorreu este evento:

Funai acompanhando a gente tudo, de 2010 pra 2014, 2015 nós fizemos muita reunião e não teve acerto com nós, ele deram alguma coisinha pouco pra gente, mas não era bem assim não. Aí quando foi em dezembro do ano passado, foi que teve mais um conflito mais sério, muito sério mesmo, e eu falei pro diretor da empresa que eu não tinha vergonha de trazer alguns bens da empresa e chegar aqui na aldeia, ia tocar fogo pela revolta da [...] dos problemas ambientais. (comunicação oral, Emídio Tembé, comunicação oral, 11 de agosto de 2016).

Este fato ocorreu ao amanhecer, sendo que os índios já haviam entrado em contado com alguns colonos e quilombolas moradores do corredor de conflito, com o intuito de protestar e reivindicar recursos financeiros que seriam destinados à mitigação e compensação de danos ambientais e sociais decorrentes das ações da empresa.

Aí nunca se cumpriu né. Aí fizemos a primeira vez, a segunda, a terceira. Só que agora da ultima vez aí foi meio enrolado porque o meu tio lá Lucinho, envolveu lá com um pessoal [...] Aí ele metero um pessoal de quilombola no meio aí, já fizeram bagunça lá, pegaro as coisas lá, fizeram coisa errada. Aí nós mesmo da Teknay, nós tava fora desse movimento porque eles pegaro os bagulho da empresa, vendero, destruiro. No polo da Vera Cruz, e praticamente nós perdemos a questão contra ela, por bem dizer. Aí agora que tá se ajeitando pra ver se a gente chega lá. (Zequíades Tembé, comunicação oral, agosto de 2016).

De acordo com Zequíades Tembé, a ocupação da sede Vera Cruz foi o estopim de uma grande demora dos representantes da empresa, que prometiam cumprir as exigências dos acordos feitos nas reuniões de negociação, que geralmente ocorreram depois de algum protesto, reivindicação ou até mesmo confisco de bens da empresa. Também deixa claro que as ações de depredação, destruição e queima que ocorreram na ocupação da sede Vera Cruz não contaram com a presença dos índios da aldeia Teknay e que de acordo com Zequíades foi um ponto negativo para os índios e as rodas de negociação. Contudo eles não perderam as esperanças e continuam a protestar.

Desde o início das atividades de resistência e reivindicação de benefícios e compensações dos índios junto à empresa, os “chefões”, como os Tembé se referem aos diretores e representantes majoritários da Biopalma, nunca apareceram para escutar os indígenas. Isso foi uma situação que irritou muito e fez com que passassem de ações como fechar a estradas para atividades de sequestro de bens como caminhotes, tratores e outros veículos e até mesmo prender os trabalhadores dentro das aldeias.

Porque assim antes foi chamado eles pra conversar o que ele tinham de beneficio pra aldeia, aí eles prometeram um monte de coisa né, projeto de é, sustentável, agricultura, piscicultura. E um monte de coisa mesmo prometeram, só que eles não cumpriram na verdade. Aí foram prometendo, prometendo pra nós e nós fomos ficando já com raiva deles. Eles ficavam prometendo, prometendo de nada se cumpria o que eles prometiam. Aí o que acontece, aí nós fomos fazer o protesto contra eles que era toda vez vinha o chefe deles lá, e nunca chegava. Aí ficavam desdobrando a gente. Aí foi, foi que fizemo o primeiro protesto contra eles. Prendemo um bocado de maquinário aí depois veio chefe, mas queria que liberasse os maquinário dele. Aí nós liberava que eles já iam fazer. E isso foi passando, foi passando... (Zequíades Tembé, comunicação oral, agosto de 2016).

No dia da ocupação, os índios saíram das aldeias ao amanhecer, caminhando em direção norte, na estrada que leva até o município de Acará, onde está situada a fábrica de beneficiamento. Nessa caminhada eles se juntaram com os outros moradores da região e com os quilombolas.

Com o grupo reunido, eles fecharam a rodovia estadual, fazendo protestos e reivindicações e bloqueando a passagem pelo local, confiscaram uns carros da Biopalma que estavam transitando e foram em cima dos carros até a sede do polo Vera Cruz. Esta tensão que originou a ocupação do Polo Acará, Sede Vera Cruz.

Essa tensão se prolongou por 15 dias. Os ocupantes se alimentavam e dormiam dentro da sede da Biopalma. A ocupação era pacífica e representantes da Funai e do Ministério Público Federal visitaram e se reuniram com as lideranças do movimento e representantes da indústria.

Foi porque na verdade o povo foi e ocupou o polo da Vera Cruz. Sem mexer nada, só ocuparam atrás desse benefício e levaram pras comunidades. Ali eles só viu prometia mas num cumpriam também né. Aí foi que o pessoal foi pegando raiva disso e ficando com ódio mesmo. Aí começaram a destruir tudo lá, queimaram caminhonete, queimaram um bocado de coisa lá. Chegou a esse ponto. (Zequíades Tembê, comunicação oral, agosto de 2016).

Como não houve acordo entre as partes, ocorrendo depredação e desapropriação de bens da empresa, que segundo os técnicos da FUNAI, o prejuízo gerou um gasto de R\$ 16.000.000, originando o Processo de N° 0033300-97. 2015.4.01.3900 – RPM – Cível – Tutela Coletiva, da empresa contra os resistentes, e que até hoje não houve acordo.

Já em 2016, houve um conflito armado com madeireiros que estavam furtando madeira na terra dos índios, que ainda não foi homologada pela FUNAI. Esta terra foi doada pela empresa Biopalma, sendo resultado de negociações passadas.

No local onde ocorreu o conflito encontramos uma placa feita de papelão engatada num tronco de árvore, com a inscrição: “Terra Indígena Tembê Tenetehara. Não entre sem permissão. Funai e Tembê” (Figura 19). Esse território de tensão não está muito longe das aldeias; fica a uns cinco quilômetros de distância, onde os índios não podem ficar monitorando todos os dias.

Contudo, eles já vinham percebendo o roubo de madeira dentro da Terra Indígena. Encontraram muitos rastros de carros e restos de madeira no lugar. A vizinhança também alertou os indígenas de que uns homens de Acará estavam indo retirar a madeira.

Foi feito um documento informando à Funai e ao Ministério Público Federal. Contudo, os órgãos de apoio não tomaram providências. Em uma manhã de julho de 2016, as lideranças

indígenas informaram ao Procurador da República Patrick Colares que iriam fazer uma tocaia contra os ladrões que estavam roubando a madeira.

Figura 19 - Placa da terra doada pela Biopalma aos Indígenas da Etnia Tembé.



Foto: do autor.

De acordo com os relatos dos indígenas das aldeias Turé-Mariquita e Teknay, liderados pelo cacique Lúcio Tembé, armados com terçados, facas e bordunas, foram por dentro da mata de manhã cedo, para ficar de tocaia até os madeireiros chegarem. Com a chegada dos ladrões de madeira que estavam armados com espingardas e revólveres houve um confronto direto e ameaças dos dois lados. Houve troca de tiros, inclusive na pesquisa de campo encontramos cápsulas de bala e tacos de madeira no local onde ocorreu o conflito, segundo os índios.

A paisagem no local mostra as árvores que estavam sendo retiradas e a construção de uma maloca feita de madeira tirada da mata como base para atividades que estavam sendo realizadas no local (Figura 20).

Figura 20 - Construção feita pelos madeireiros no local do conflito.



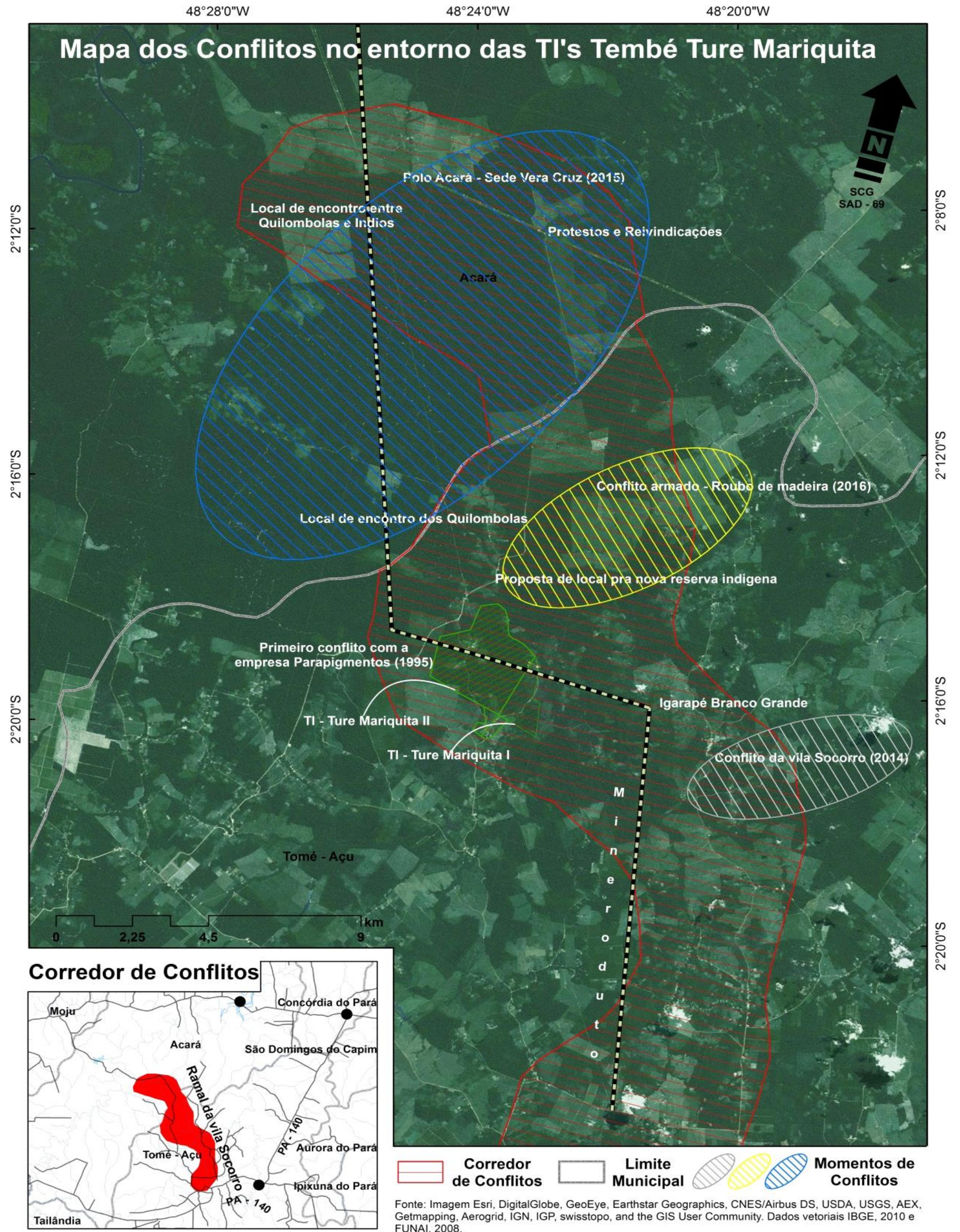
Foto: do autor.

A fala de Zequíades Tembê deixa claro que os índios correm risco, pois entre esses forasteiros existem alguns possíveis pistoleiros. E com o aumento de pessoas circulando nos territórios indígenas e invadindo suas terras, somado com a fama dos famigerados índios Tembê da região, eles acreditam serem alvos de pistoleiros (Figura 21).

A gente corre risco sim, porque tem muito trabalhador que são de fora metido a pistoleiro, quero ver se coro de índio num entra bala. Eles falam isso, a gente só vê falar a gente não sabe quem é a pessoa, porque se nós saber, nós agarra ele. . (Zequíades Tembê, comunicação oral, agosto de 2016).

Esse conflito, também terminou em processos judiciais, que até hoje estão pendentes.

Figura 21 - Mapa do Corredor de Conflitos no Território Tembé Turé Mariquita.



Fonte: Elaboração do autor.

3.2. O Acordo com a empresa Pará Pigmentos

O conflito com a Pará Pigmentos iniciou-se com o índio com Zeca Tembê, filho de Lúcio Purangati Tembê. A primeira mobilização ocorreu em 1995, na fase inicial de construção do mineroduto que transporta a matéria-prima extraída (caulim). Sendo assim, a tensão durou vários anos.

Na primeira transação que nós negociemo, foi meio rápido pra resolver problema por que não levou seis meses não. Pra não parar o trabalho dela e pra nossa vontade ser rapidola. Nos ficar satisfeito e nos liberar a máquina fazer o caminho aqui pra maquina implantar o tubo. Nós falemo que nós queria mais terra e nos queria saneamento básico. (Emídio Tembê, comunicação oral, agosto de 2016).

A primeira negociação não durou seis meses, que de acordo com o Emídio Tembê foi “rapidola”, pois a empresa estava iniciando suas atividades e não queria paralisar as obras. Os indígenas falaram o que estavam querendo em troca de não paralisarem a implantação do “Tubo”. Eles queriam mais terras e fazer saneamento básico na aldeia. A primeira reivindicação foi feita, pois a empresa doou as terras onde hoje se encontra a aldeia Teknay, contudo, os outros itens não foram cumpridos inicialmente.

Já chegou aqui o trator e os trabalhadores em cima já quebrando, aí nos barremos, aí o representante da empresa foi representar junto a Funai, e a Funai se manifestou e chegou até aqui na aldeia Turé. Pra gente sentar e ter conversa como é que ia fazer. Mais mas quem falava era a Funai, nós nem falava quase, pois naquele tempo nós tinha boca da Funai pra falar por nós, mais agora quem fala é nós. (Emídio Tembê, comunicação oral, agosto de 2016).

Passado o tempo e algumas reuniões aconteceram, os três interessados, a empresa, os índios e a FUNAI foram acertar os detalhes do acordo em Brasília. Segundo o cacique, o diretor da empresa o chamou para conversar no quarto do hotel onde estavam hospedados e deixou claro que não queria repassar o recurso por intermédio da Funai.

Uma tensão que iremos aprofundar mais adiante ocorreu entre a funai e os índios Tembê. Trata-se de uma tensão institucional, que está citada na fala em que o cacique relata que na década de 1990 os índios tinham “boca da FUNAI” para falar por eles. E o pior, e que aumentou essa tensão for o índios se sentiam enganados pela Fundação, e não tinham confiança e se incomodavam com a tutela que é o direcionamento da Funai.

Seu Emídio, nós como empresa, nós temos o compromisso de pagar vocês, fazer projeto para vocês que são indígenas da aldeia Turé-Mariquita, por que o impacto tá lá. Mas nós não tem obrigação de pagar R\$ 500.000,00 para um técnico que a Funai apresenta, e ele ganhar cem mil por ano para executar o projeto de vocês lá. . (Emídio Tembê, comunicação oral, agosto de 2016).

Na fala do cacique, pode-se notar que a Funai propôs indicar um indigenista com objetivo de criar, acompanhar e avaliar o “projeto” que iria subsidiar e orientar o repasse do recursos da empresa para os índios. Contudo, o comando da empresa e os índios não aceitaram esse intermediário. Essa pessoa responsável iria receber o valor de R\$ 100.000,00 por ano, num valor total de 500.000,00. A empresa também deixou à disposição dos índios a Empresa de consultoria CEPEMAR, para ajudar a fazer a o projeto base.

Pelo que eu vi, a Funai queria dar a “pêla” em nós. Para a PPCA depositar o recurso na conta dela. E ela executar o recurso com nós. Mas lá em Brasília eu e o Lucinho nós não aceitamos (Emídio Tembê, comunicação oral, agosto de 2016).

Para as lideranças indígenas, nesse acordo do Projeto a Funai queria ficar com uma parte do dinheiro e eles se sentiram enganados pela Fundação, que queria dar o “Pêla” nos índios. Em uma reunião em Brasília, as lideranças indígenas Emídio e Lúcio Tembê foram contra depósito na conta da Funai e na execução conjunta do projeto entre Funai e os índios.

No ano de 2006, um acordo judicial entre a Fundação Nacional do índio (FUNAI) e a Pará Pigmentos S/A (PPSA), tendo como intervenientes e anuentes o Ministério Público Federal (MPF) e a Associação Indígena Tembê de Tomé-Açu (AITTA), no âmbito da ação civil pública nº 0019772-56.2006.4.01.3400, ação esta movida pela FUNAI, teve como foco visionário um acordo nos termos do Artigo 840 do Código Civil, com vistas a pôr fim amigável e definitivo à ação civil supracitada.

Foi feito um projeto pra durar cinco anos, foi feito o projeto só que não foi executado. Eles deram só essa parte da terra e o trator e nós liberemo. Pra negociar o resto, não foi feito casa de farinha na época, não foi feito onde a terra é degradada o reflorestamento, que era o papel dela no documento, tinha cláusula, foi amarrado lá, projeto de vinte mil pés de pimenta, na época não foi feito. Era cinco anos de 1997 a 2002; em 2002 íamos retomar o outro projeto. Aí quando nós fomos retomar o outro projeto, ele não quis acordo com nós. Aí foi muita reunião, muita reunião, muita reunião. E a reunião não tinha objetivo pra nós. Até viramos uma Kombi na estrada. A Kombi de nove carambeladas e quase nós morre por causa desse negócio aí em 2003. A Funai jogou a Pará Pigmentos na justiça; e a justiça ia resolver. (Emídio Tembê, comunicação oral, agosto de 2016).

O presente acordo teve por objeto o repasse financeiro no valor total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), a ser efetuado pela Pará Pigmentos S/A (PPSA) em favor da Associação Indígena Tembê de Tomé-Açu (AITTA). Esse repasse visou à implementação integral da compensação das comunidades indígenas dos integrantes da Associação, pela passagem do mineroduto da PPSA, por meio do pagamento de parcelas correspondentes aos períodos 2006/2010 e 2011/2015. No acordo ficou nítido que o recurso deveria ser único e exclusivo voltados para os projetos sustentáveis em prol das comunidades indígenas integrantes e sob a supervisão da Funai. Sendo assim, a transação acordada deveria acontecer da forma sistematizada na Tabela 5.

Tabela 5 - Repasse financeiro relativo ao período de 2006 à 2010.

Repasse financeiro relativo ao período de 2006/2010	
Valor	Prazo para pagamento
R\$ 500.000,00	30 dias após o trânsito em julgado da decisão judicial homologatória deste acordo.
R\$ 500.000,00	60 dias após o trânsito em julgado da decisão judicial homologatória deste acordo.
R\$ 500.000,00	90 dias após o trânsito em julgado da decisão judicial homologatória deste acordo.

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 6 - Repasse financeiro relativo ao período de 2011 à 2015.

Repasse financeiro relativo ao período de 2011/2015	
Valor	Prazo para pagamento
R\$ 500.000,00	Em 2013, desde que já transitada em julgado à decisão judicial homologatória deste acordo.
R\$ 500.000,00	Em 2014, desde que já transitada em julgado à decisão judicial homologatória deste acordo.
R\$ 500.000,00	Em 2015, desde que já transitada em julgado à decisão judicial homologatória deste acordo.

Fonte: Dados da pesquisa.

No contrato, a atualização monetária de acordo com o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), fornecido pela fundação Getúlio Vargas, a partir do trânsito em julgado da decisão judicial, homologando o acordo até o desembolso efetivo das parcelas. O atraso no pagamento implica a aplicação de juros de 1% ao mês.

Em sua cláusula terceira, o acordo estabelece a obrigação da Pará Pigmentos (PPSA) em executar o repasse financeiro de acordo com as cláusulas, comunicando a FUNAI com antecedência de 48 horas, até a realização de vistorias e manutenção do mineroduto nos trechos próximos às comunidades indígenas, sendo estas situações emergenciais e total responsabilidade sobre quaisquer danos causados por seus prepostos, por ação ou omissão dolosa ou culposa, no interior de terras indígenas.

Na mesma cláusula, também foram citadas as obrigações da Associação Indígena Tembê de Tomé-Açu (AITTA) sendo de responsabilidade dos indígenas fazer uso adequado dos recursos, destinando-os única e exclusivamente à execução de projetos sustentáveis em prol das comunidades indígenas, dos integrantes da referida Associação, preferencialmente,

mas não obrigatoriamente, sendo este feito em forma do projeto a este acordo, com responsabilidade de elaboração da Escola Agrícola de Castanhal. Garantindo à PPSA o direito de servidão relativo à faixa do mineroduto, para a realização de vistorias, manutenção das comunidades indígenas informadas sobre o acordo.

Neste âmbito, a obrigação da Funai era de supervisionar o uso adequado dos recursos repassados neste acordo, sendo que a PPSA não teria qualquer ingerência ou responsabilidade sobre os recursos.

Com a aquisição de ações da Pará Pigmentos por parte da empresa multinacional Imerys, sendo negociado de prontidão um contrato de R\$ 15.000.000 para repassar às aldeias, com o objetivo de investimento na qualidade de vida e infraestrutura relacionadas à agricultura familiar.

Aí quando foi agora em 2011 para 2012. A justiça forçou ela a acertar com nós. Antigamente era projeto, aí agora pra acertar 2011 o Ministério Público Federal obrigou a indenizar. De 2003 até 2012 aí tinha juros e correção monetária. Desse atraso aí, aí que ela liberou para AITTA 3 milhões de reais. Aí doutor Felício Pontes falou pra mim: Seu Emídio espere aí um pouquinho, que eu vou mandar pagar mais um milhão e meio em cima dos três milhões de reais. Aí eu falei: doutor nós estamos cansado de esperar, meu pai morreu e não viu nem 5 reais no bolso dele. (Emídio Tembê, comunicação oral, agosto de 2016).

Atualmente, desses R\$ 15.000.000 apenas R\$ 3.000.000 foram repassados em 2016, recurso este voltado para a elaboração de projetos nas áreas da educação, saúde, saneamento e infraestrutura. Sendo assim, de acordo com Parentê Tembê, esse recurso já está dando resultados positivos, sendo administrados pelos caciques e líderes das aldeias.

3.3. Possíveis Impactos ambientais no Território Indígena

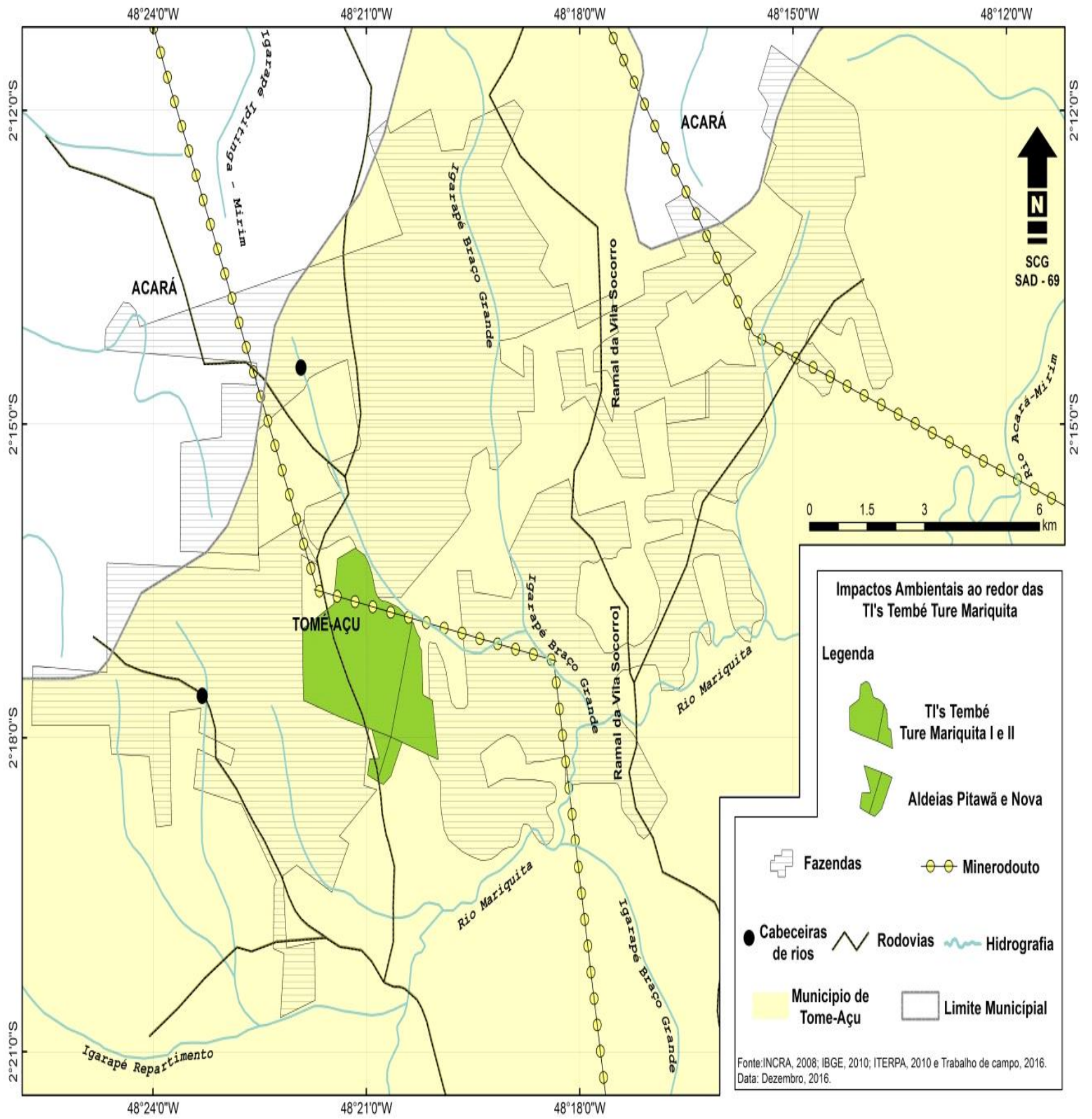
Em uma carta enviada em 2014 pela tribo indígena à Biopalma, a empresa também foi acusada de não respeitar a distância do igarapé que corta a terra indígena, e de desviar água em excesso para suas plantações: “O imenso plantio (sic) de dendê está fazendo com que as nascentes (sic) e os seis igarapés sequem num tempo muito rápido”. “Os igarapés estão em processo de desaparecimento, secando. E perguntaram: a cultura do índio é também pular na água, não apenas no chuveiro, como vamos fazer? (Emídio Tembê, comunicação oral, agosto de 2016).

Em novembro de 2014, o MPF foi à Justiça Federal pedir a perícia científica também na região de Tomé-Açu, para verificar as denúncias dos índios Tembê. De acordo com o pedido do procurador da República, Felício Pontes Jr., a perícia deve investigar e diagnosticar os impactos da cultura do dendê no solo, na flora e fauna, nos recursos hídricos e no ar da região. A

verificação, a pedido do MPF (Processo nº 0033930- 90.2014.4.01.3900), deve incluir exames clínicos nos moradores da TI Turé-Mariquita.

A Figura 22 apresenta uma cartografia dos impactos ambientais nas terras indígenas e no entorno dos territórios Tembé Turé-Mariquita. A principal tensão está ligada às cabeceiras e nascentes dos rios, pois todas estão dentro do território Tembé. Este mapa também mostra como o mineroduto passa na aldeia Teknay e as fazendas que a Biopalma comprou e plantou dendê no entorno das terras indígenas.

Figura 22 – Os possíveis impactos ambientais no entorno das TIs Tembê Turé-Mariquita.



Fonte: Elaboração do autor.

Na fazenda Três Irmãs, ao norte das terras indígenas, encontra-se a nascente do igarapé Tauri, (ponto preto destacado no mapa como cabeceiras de rios) que passa pelas aldeias Teknay e Turé-Mariquita e suas fontes de água e nascentes no igarapé Braço Grande que deságua no rio mariquita. De acordo Zequíades Tembé, esta nascente está poluída, pois a empresa jogava agrotóxico por meio de um trator com basculante. O produto era para eliminar o mato ao redor dos pés de dendê, contudo, quando chove o “veneno” (como eles chamam) desce para as nascentes.

Nós via eles jogando mesmo no trator, eles tem um trator com basculante grande. Que eles joga mesmo assim, chega fica jogando no ar, no tempo assim. É pra matar o mato. Aí quando chove aí cai pros igarapé tudo, vai pro igarapé. (Zequíades Tembé, comunicação oral, agosto de 2016).

Outra nascente que está poluída, segundo os índios, é a do igarapé Breuzinho, que fica na fazenda Eikawa. No mapa, essa cabeceira está localizada a oeste em relação às aldeias, exatamente a dois quilômetros de distância em linha reta.

Esses territórios de tensões, que são as três fazendas (Três Irmãs, Campo Belo e Eikawa) no entorno das terras indígenas. conforme o mapa de impactos ambientais, onde se encontram as aldeias, correm todos os rios que passam dentro das TI como Ture, Ananin, e Pracupi. E os outros que tributam ou desaguam no território Tembé Ture Mariquita como os rios Mariquita, Braço Grande, Breuzinho, Tauri e Brejinho

De acordo com a Nota Técnica Pericial nº 23/2010 da Procuradoria da República no Pará, em anexo no processo 1.23.000.003535/2008-48, cujo assunto é a dendeicultura nas proximidades da Terra Indígena Turé-Mariquita, em seu parecer indica os impactos relativos ao processo de assoreamento dos cursos d’água, processos erosivos, alteração da fauna, alteração dos recursos florestais e do equilíbrio ecológico.

Em seu parecer final, o engenheiro sanitário e perito Benedito E. Lima da Silva cita que a atividade dendeicultora, além de causar a degradação do meio ambiente, tem gerado conflitos internos, e que especificamente em relação ao igarapé Turé é importante que se proceda o monitoramento da qualidade da água. Esse monitoramento deve abranger não apenas esse curso d’água, mas de toda a sua bacia de drenagem.

Todo certo tipo de bicho ruim tá causando, tá indo até dentro pra cá. Tá vindo até pra dentro da casa da gente. Pessoa adocece fácil agora aí. É mais à noite que dá. É umas lagarta preta, quando a gente chega perto dela ela solta um mal cheiro muito forte. Dá coceira na gente, uma pira feia. (Zequíades Tembé, comunicação oral, agosto de 2016).

No seu relato, Zequíades Tembé cita uma espécie de largarta que começou a aparecer depois que as plantações de dendê iniciaram, de acordo com zequíades Tembé, é de cor preta e solta um mau cheiro forte. Costuma aparecer mais à noite e quando esse bicho toca nas pessoas causa uma coceira e fica uma “pira” feia depois.

Olha, antes mesmo as raposas elas tinham pelo, que nem cachorro, pelo bem grande mesmo, que nem aquele cachorro de pelúcia que falam né? Hoje em dia você vê uma, essa bicha, como é raposa tudo só o coro assim saindo, não tem pelo mais não. (Zequíades Tembé, comunicação oral, agosto de 2016).

Outro impacto perceptível nos animais da região são as fezes amareladas e gordurosas. De acordo com Zequíades e sua esposa, as raposas que tinham pelos grande e abundante, que nem aqueles “cachorros de pelúcia” de brinquedo. Hoje, você olha elas estão sem pelo, só no “coro”, além de não terem mais pelo, têm um tipo de ferida que parece sarna de cachorro.

O cacho do dendê é outro impacto que está sendo revelado pelos índios. Quando os trabalhadores fazem o corte do cacho nas árvores e juntam para esperar o resgate que leva para beneficiamento, esse acúmulo deixa um mau cheiro forte. E, segundo o relato dos índios, na direção do município de Acará encontra-se uma espécie de lixão de cachos de dendê, que segundo o relato de Cíntia Tembé, ela ficou abismada, pois o cheiro é “podre, podre, podre”.

Agora uma coisa que eu fiquei abismada de ver de sentir o cheiro, eles tão indo ali pro rumo do Acará, eles tão deixando aqueles lixo, como é o nome daquilo? É o cacho do dendê. Podre, podre, podre senhor. (Cíntia Tembé, comunicação oral, agosto de 2016).

Existe o “rastros do dendê”, que é deixado pelas caçambas basculantes, que cai e fica nas estradas. Outro rastro é deixado pelos agricultores que cortam a sua produção e deixam na beira da estrada. De acordo com os índios, a empresa teria que fazer a coleta em menos de 24 horas, só que isso não acontece. Existe ainda outra forma de rastro deixado pelo cacho do dendê, que é da própria empresa que colhe e deixa nas caçambas basculantes na beira da estrada esperando ser recolhida pelos trabalhadores e sem demora. Segundo Zequíades, ele sente o cheiro de longe, a quilômetros de distância.

Mas aquilo podre, senhor. A gente sentia de quilômetro de distância antes de chegar no local. Aquele negócio podre, quando a gente chega perto aí que o negócio foi triste mesmo. Tô lhe falando, se você faz um documentário daquilo ali, do cheiro que a pessoa sente. Dá até uma doença meia feia ali. Será que tá lá ainda Izaquias? (comunicação oral, Cintia Tembé, agosto de 2016)

Veneno e óleo também são animais mortos.

Na verdade, esse negócio, ele vai acabando com tudo, o óleo né, o óleo do dendê ele bronquia tudo esse negócio aí. Peixe vai morrendo, e nós já vimos até tatu morto, e tatu é muito difícil morrer. Já vimos tatu morto na beira [...] a gente vê só os ossos dos bichos que morre. Antes a gente via esses bicho assim pra lá, hoje é difícil a gente ver um bicho atravessar a correia por causa desses desmatamento que teve dela, que destruiu tudo lá. Teve o capoeirão que era das fazenda elas derrubaram tudo, nas cabeceiras dos igarapé tudo, tá tudo destruído lá e não reflorestaram. Prometeram que iam reflorestar a acabou no fim que não. (Zequíades Tembé, comunicação oral, agosto de 2016).

De acordo com os relatos, os animais sumiram da paisagem. Era muito comum eles verem os bichos andando pela mata e cruzando seus caminhos: “animais como raposa, tatu, cutia, capivara e outros a gente via atravessar nos ramais e nas estradas”. Hoje eles sumiram, e os índios culpam o desmatamento que as plantações de dendê fizeram. Havia uns capoeirões que a empresa derrubou tudo. De acordo com Zequíades, a Biopalma limpa as cabeceiras dos igarapés. Isso faz com que os igarapés e rios fiquem mais secos.

3.4. Conflitos internos entre os indígenas

No discurso dos índios percebemos que a questão da identidade está relacionada à cultura, à luta e às Terras Indígenas (território indígena), havendo uma tensão muito clara entres as aldeias. Como exemplo, o cacique Emídio, da aldeia Teknay e o cacique Lúcio Tembé, da Aldeia Turé-Mariquita, não reconhecem Tibúrcio como cacique da Aldeia Nova, mas reconhecem a sua irmã, Capitoa Domingas Tembé, como índia e responsável pela aldeia.

Essa tensão é complexa e tem seu início ligado à formação do povo Tembé Tenetehara e a não demarcação e homologação da aldeia Nova e Pitawã como Terra Indígena. Contudo, a Funai e a Diretoria de Saúde Indígena (DSEI) reconhecem a Aldeia Nova e a recém-criada Aldeia Pitawã como populações indígenas. Essa luta por demarcação é entendida a partir da identidade histórica, política, simbólica e territorial.

A luta pela identificação analisada *in loco* foi interpretada com algumas tensões que se pode chamar de eixos de tensão. Os primeiros são os recursos captados para as aldeias pela Associação e via outros ministérios. O segundo é a conquista histórica de poder colocar no registro geral (RG) o nome indígena. O terceiro é a luta pela homologação das Terras Indígenas. O quarto é o estilo de vida tutelado e quinto os utensílios e pinturas.

A luta dos Tembé Turé-Mariquita alcança os Tembés do alto Acará Mirim, sendo que o povo das aldeias do Acará não estão no dia a dia da resistência. De acordo com o cacique Lúcio, a aldeia Nova e a Pitawã também não estão na luta, e que depois do conflito em 2015 no Polo Vera Cruz, eles se acalmaram de vez.

O cacique da Lúcio Tembé foi presidente da AITTA por três anos seguidos, sendo que atualmente é o cacique Emídio Tembé, que já esté no segundo mandato consecutivo. Este fato também é gerador de conflitos internos devido ao reconhecimento do “Cacique Chefe dos territórios Tembé”. Esse cargo de presidente da AITTA é uma forma de poder e de reconhecimento do “Cacique Chefe” dos territórios, sendo perceptível que o cacique chefe é o Emídio Tembé da aldeia Teknay, este que está à frente do mais alto cargo na Associação. Contudo, Lúcio Tembé, cacique da Aldeia Turé-Mariquita é uma espécie chefe da resistência, liderando os protestos e ocupações.

Outro conflito é a legitimação das aldeias Nova e Pitawã, onde o Cacique Tibúrcio é o líder junto aos moradores da Pitawã, sendo assim, a conquista por territórios (estes doados pelas empresas em questão) geram conflitos entre essas aldeias e aldeias Teknay e Turé-Mariquita, consecutivamente, pois a Pará Pigmentos doou terras para os índios onde hoje se localiza a aldeia Teknay, e a Biopalma também já doou terras para os índios, que estes pretendem homologar mais uma Reserva Indígena Tembé. Esse conflito por terras também está relacionado à perambulação e à ocupação das terras indígenas.

Porém, outra tensão é gerada entre aldeias Indígenas nesse contexto, sendo que todas fazem parte da Associação, umas moradoras dos territórios Turé-Mariquita e outras no território do Alto Acará Mirim, principalmente relacionadas aos recursos repassados pelas multinacionais, pois algumas delas não tiveram participação na conquista e na reivindicação do recurso financeiro.

E, por último, os conflitos decorrentes dessa luta histórica ocasionaram um homicídio dentro das terras indígenas, e que até hoje geram ameaças de morte entre os indígenas. Este caso está registrado no processo Nº 00088/2003, onde se inicia um Inquérito Criminal em que as partes eram moradores da Aldeia Turé-Mariquita, mostrando nitidamente as relações conflituosas nesse território, demonstrando impactos etnossociais decorrentes da chegada das empresas às terras indígenas.

3.5. Tensões Externas aos Territórios Tembé

Devido as tensões desencadeadas ao longo dos anos foram gerados vários processos, sendo estes entre índios e empresas, entre índios e índios, Ministério Público Federal, Funai e colonos. Estes processos têm sua temporalidade no período de 1999 a 2016, e estão identificados e descritos sucintamente a seguir:

- Processo N°: 08100.008406/99-09 – Cível – Tutela Coletiva

Resumo: Procuradoria da República do Estado do Pará (PRDC). Índios Tembé das T.I. Turé Mariquita/PA. Ofício/PRDC/PR/PA/N° 685/99, de 09.11.1999 – Encaminha, para reconhecimento e análise técnica da Câmara, expediente e proposta orçamentária, para avaliação acerca da situação atual dos índios Tembé, no município de Tomé-Açu.

- Processo SR/DPF/PA – 00088/2003 – Inquérito Criminal

Resumo: Apurar ocorrência de homicídio às proximidades da aldeia Turé-Mariquita, supostamente atribuído a José Tembé e José Nilson Tembé, teriam matado os também índios Raimundo Santana da Silva e Mizael da Silva Tembé, todos da comunidade indígena Turé-Mariquita (IPL Tramitou na 4° VF, sob N° 2003.39.00.004613-4). Processo que tem como réu José Nilson Tembé.

- Processo 1.23.000.000047/2005 -36 - Cível - Custus Legis

Resumo: Projeto de construção do mineroduto para transporte de polpa de caulim, entre as cidades de Ipixuna do Pará e Barcarena, de responsabilidade da empresa Imerys Rio Capim S/A. eventual afetação do traçado do mineroduto nas áreas indígenas: Turé-Mariquita, Urumatewa e Tembé/PA. Assuntos estes voltados aos direitos indígenas, tendo como interessado o Ministério Público Federal (PR/PA).

- Processo 1.23.000.000340/2005 - 01 - Cível - Custus Legis

Resumo: a empresa Pará Pigmentos solicita atestado administrativo de inexistência de aldeamento para o imóvel denominado de “Mina Capim 1” Projeto Caulim. Mineroduto. Índios Tembé da área Turé-Mariquita. Tendo como interessado a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o reclamado a empresa Rio Capim S/A (Pará Pigmentos).

- Processo: 1.23.000.003535/2008 - 48 - Cível - Tutela Coletiva

Resumo: determinação para a instauração do procedimento administrativo, considerando as declarações contidas na ata de reunião realizada em 27 de novembro de 2008, na aldeia indígena Turé, notificando a compra de extensa área do entorno da TI Turé-Mariquita pela empresa Biopalma, considerando os possíveis efeitos culturais perniciosos da instalação de empresas do agronegócio nos limites fronteiriços à Terra Indígena, bem como de seus prováveis impactos etnoambientais. Processo

este que tem como assunto a 6º CCR – Direitos Indígenas, como parte originatória a Procuradoria da República do Estado do Pará.

- Processo JF - PA - 2009.39.00.008381 - 6 - Inquérito Criminal

Resumo: Apurar exploração de madeira e retirada ilegal de produtos florestais da Terra Indígena Turé-Mariquita, no município de Quatro Bocas/PA. O líder indígena Lúcio Tembê, relata sobre as ameaças graves que os índios vêm sofrendo de madeireiros atuantes na área em questão. Ipl N° 2001.39.00.011014-0.

- Processo 19 - 1.23.000.000102/2012 - 17 - Inquérito Criminal

Resumo: Trata-se de crime de responsabilidade imputado a agente político do município de Ourém/PA, em razão do cumprimento parcial de objeto pactuado em termo de convênio 299/2002 firmado com a Prefeitura Municipal de Ourém, que tinha por objeto a implantação de sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas, bem como da execução de melhorias sanitárias domiciliares também em aldeias indígenas no período de 05 de julho de 2002 a 25 de abril de 2004 com registro no SIAFI N°: 467989, e a não devolução do saldo referente à aplicação no mercado financeiro.

- Processo 8 - 1.23.000.002839/ 2014 - 36 - Cível - Tutela Coletiva

Resumo: Determinação para a instauração de procedimento administrativo, considerando as declarações contidas na ata de reunião realizada em 27 de novembro de 2008, na aldeia indígena Turé, noticiando a compra de extensa área no entorno da TI Turé-Mariquita pela empresa Biopalma, considerando os possíveis efeitos culturais perniciosos da instalação de empresas do agronegócio nos limites fronteiriços à Terra Indígena, bem como seus prováveis impactos etnoambientais.

- Processo 1 - JF - PA - 0029245 - 40.2014.4.01.3900 - RPM - Cível - Custus Legis

Resumo: Ação de reintegração de posse proposta pela empresa Biopalma da Amazônia S.A em face da etnia Tembê do território indígena Turé-Mariquita, das comunidades Turé-Mariquita e Teknay, referente à apreensão dos veículos Hilux Placa AWK 4029 e Fiat Strada Placa HLY 3013, bem como o veículo da empresa Atlântica Segurança, durante manifestação no município de Tomé-Açu/PA.

- Processo 16 - JF - PA - 0033930 - 90. 2014. 4.01. 3900 - Cível - Tutela Coletiva

Resumo: Ação cautelas de antecipação de prova em face de Biopalma da Amazônia S.A Reflorestamento Industrial e Comércio, tendo por objeto a produção de perícia na área de cultivo de Dendê da empresa, no município de Tomé-Açu/PA, na Terra Indígena Turé-Mariquita e na área adjacente, bem como exames em Indígenas, para averiguar a existência de contaminação por agrotóxicos e seus impactos socioambientais.

- Processo 1 - JF - PA - 0033300-97. 2015.4.01.3900 - RPM - Cível - Tutela Coletiva

Resumo: ação de reintegração de posse proposta por Biopalma da Amazônia, referente às fazendas Vale Verde, Vale Verde I, Vale Verde II, Três Irmãs e Vera Cruz, localizadas na divisa dos municípios de Acará e Tomé-Açu/PA, invadidas por indígenas da etnia Tembé, Quilombolas e moradores de comunidades adjacentes, em 11/11/2015.

- Processo 9 -1.01.001.000015/2015 - 60 - Cível - Tutela Coletiva

Resumo: Trata-se de ação em grau de recurso onde figuram como partes a empresa Biopalma da Amazônia S.A e Procuradoria da República PARÁ/CASTANHAL, cujo o objeto é a possível contaminação de membros da comunidade indígena Turé-Mariquita pelo uso regular de agrotóxicos, havendo, portanto, necessidade de realização pericial.

- Processo 17 – 1.23.000.002147/2016-50 – Cível – Tutela Coletiva

Resumo: Trata-se de um inquérito civil instaurado a partir das irregularidades informadas pelos índios Tembé em reunião com o Ministério Público Federal, em 17/03/2016, na aldeia Turé-Mariquita, e na sede Polo Base Tomé-Açu, ambos no município de Tomé-Açu/PA, tendo este o seguinte objeto: apurar ausência de farmacêutico para gerenciar a farmácia do Polo de Saúde Indígena de Tomé-Açu/PA (DSEI Guamá-Tocantins).

- Processo 18 - 1.23.000.002146/2016-13 - Cível - Tutela Coletiva

Resumo: Trata-se de inquérito instaurado a partir das irregularidades informadas pelos índios Tembé em reunião com o MPF, em 17/03/2016, na aldeia Turé-Mariquita, e na sede do Polo Base Tomé-Açu, ambos no município de Tomé-Açu/PA, tendo este o seguinte objeto: apurar deficiência, em número e atualização, dos computadores do Polo de Saúde Indígena de Tomé-Açu/PA (DSEI Guamá- Tocantins).

De acordo com os autos dos processos citados acima, visualizamos como de suma importância referir a pessoa jurídica, a Associação Indígena de Tomé-Açu, cujo Registro 01.637.294/0001-20 assentado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, na pessoa do seu representante legal, a Senhora Miriam Maciel Tembé, CPF: 799.300.732-34, na qualidade de signatária firmou convênio, cujo objeto é prorrogar a vigência até o dia 30 de abril de 2011, referente ao processo 25100.029.347/2004 - 79, tendo como conveniente a Fundação Nacional de Saúde, na pessoa do seu representante legal Faustino B. Lins Filho, firmado em 21 de dezembro de 2010. Sendo assim, os processos cíveis, criminais, de natureza individual ou coletiva, em que figuram pessoas físicas e jurídicas denotam cristalina e claramente as contendas etnossociais geradas a partir da relação desarmônica dos indígenas com as empresas, através da inserção de atividades geradoras de danos sociais e ambientais na região, inclusive culminando em crimes contra a vida entre membros da própria comunidade indígena.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reordenamento do território indígena Tembé Turé-Mariquita, em função dos sistemas de engenharia de minério e dendê são eventos que demarcam períodos geográficos na dinâmica territorial do município de Tomé-Açu. Tomamos essa análise no período posterior às tensões e conflitos decorrentes da implantação dos sistemas de engenharia. Falta clareza na questão da criação de aldeias indígenas e do aumento de moradores dentro das Terras Indígenas. Outro fator que incide na questão de identidade consiste no casamento e entre indígenas de diferentes etnias e entre indígenas e não indígenas.

No conflito entre os indígenas e as empresas Imerys e Biopalma houve diversas fases, a fase de paralisar o início do trabalho das empresas; a fase de negociação; a fase de das

empresas não cumprirem os acordos; a fase em que os índios aumentaram a resistência e mudaram a pauta de reivindicações. Com a Imerys houve acordo, já com a Biopalma a tensão continua. O acordo com a Pará Pigmentos foi cumprido e já foram repassados para a conta da Associação Indígena índios os recursos no valor de três milhões de reais.

A configuração territorial interpretada nesta pesquisa parte do crescimento das aldeias desde a criação da aldeia Turé-Mariquita, em meados da década de 1980, mais precisamente em 1986; depois foi criada a aldeia Nova em 1996. Um ano depois, em razão dos conflitos internos, vinte índios saíram da aldeia Nova e foram formar a aldeia Teknay, a maior parte era de familiares do cacique Emídio Tembé. Em 2013, uma parte da aldeia Nova também se separou e demarcou o território da mais nova aldeia dos territórios Tembé Turé-Mariquita, a aldeia Pitawã. Do ano de 2009 até 2016, percebemos um aumento da população indígena nos territórios Tembé, havendo uma duplicação do contingente populacional.

A análise desta realidade corrobora a vulnerabilidade atual vivenciada pelos índios das aldeias estudadas, nos aspectos fundiário, cultural, social e organizacional. Nesse contexto, um empreendimento de grandes proporções como a cultura do dendê pode incidir sobre as referidas terras tanto positiva quanto negativamente.

Sabe-se que o dendê cultivado em sistemas agroflorestais, poderia ser uma alternativa benéfica para a geração de nas comunidades isoladas e agricultores familiares, porém não há dados que evidenciem os efeitos positivos do plantio de dendê em terras indígenas, uma vez que esses grupos apresentam peculiaridades que devem ser consideradas antes de serem

inseridos na dinâmica rígida de produção em escala. Por outro lado, a dendeicultura tem um alto potencial de geração de emprego, já que o manejo é manual e exige grande contingente de mão de obra e sua perenidade garante certa estabilidade na contratação de trabalhadores. Além da mão de obra utilizada nas usinas de processamento e demais funções ligadas à produção do óleo de dendê, de modo geral a estimativa do setor é que o dendê emprega, nas áreas de plantio, um trabalhador a cada dez hectares.

Nestes termos, pode-se inferir que o crescimento populacional na região, tanto de pessoas efetivamente contratadas para trabalhar quanto daquelas que vieram em busca de emprego, é comum durante os processos de implantação de grandes empreendimentos. Assinala-se que esse fenômeno já se reproduz nas comunidades indígenas, onde famílias que viviam afastadas e parentes com descendência indireta estão retornando para as aldeias, sendo que a maioria não possui renda fixa, e uma parte significativa não é indígena e são explícitos em demonstrar suas expectativas de obter emprego no empreendimento.

Se por um lado a cultura de dendê pode reduzir os índices de desemprego nas aldeias, por outro, constitui-se em um atrativo que pode gerar uma explosão populacional, e com isso prejudicar ainda mais os processos de identidade cultural; aumentar os índices de violência, abuso no consumo de álcool e drogas; favorecer as uniões interétnicas, entre outras implicações. Toda essa conjuntura, associada ao quadro atual de vulnerabilidade apresentado pelos índios, demanda medidas que possam orientar intervenções adequadas, entre as quais também constam as avaliações dos componentes e prognósticos dos possíveis impactos etno-socioeconômicos atinentes ao empreendimento.

A tensão entre a empresa Biopalma e os índios das aldeias dos Turé-Mariquita repercute um cenário já vivenciado por esses atores ao longo de sua história, pois a empresa instalou-se em fazendas que preexistentes, ou seja, em territórios que se configuram a partir de tensões anteriores com fazendeiros e a implantação do mineroduto da empresa Imerys, outro momento de tensão entre os índios e empresas transnacionais. Essas tensões territoriais resultaram na judicialização dos conflitos sociais entre as empresas e os indígenas, identificando-se até então 14 processos e 31 inquéritos. Portanto, observa-se que a fronteira é um campo de tensões e de interesses diversos. Nesse sentido, o Estado assume um papel de extrema importância na garantia dos direitos desses povos, seja através do poder Legislativo ou do Executivo.

Visando à garantia de seus direitos, os grupos indígenas lutam pela proteção de seus territórios, que nos últimos anos vêm sendo ameaçados pela lógica da fronteira amazônica, como região exportadora de *commodities*, e nesta abordagem destaca-se a partir da exploração

e cultivo de dendê. A ação judicial decorrente dessa tensão entre a empresa e os índios, evidencia a luta dos povos indígenas pela garantia e proteção de seus territórios, os quais são importantes para manutenção de seu modo de vida.

A defesa dos territórios indígenas garante, conseqüentemente, a proteção da floresta amazônica, pois, segundo Almeida e Marin (2010), as áreas mais preservadas atualmente estão sob o controle dos povos tradicionais, como, por exemplo, as terras ocupadas pelas próprias comunidades indígenas. Portanto, garantir a defesa desses territórios é um fator positivo para proteção tanto da biodiversidade quanto da sociodiversidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A W B de.; MARIN, R A, 2010. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, W; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M (Org.). Amazônia: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo.

ALVES, Jessica; CHAVES, João Marcelo Pinto, 2013. Análise Econômico-financeira da Petrobrás: Estudo com enfoque na gestão baseada em valor ao acionista. Rio de Janeiro: UFRJ / Escola Politécnica.

BASA, A, 2012. Experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dende familiar. Revista Contexto Amazônico. Ano 5, n. 22, 2012. Disponível em: <http://bancoamazonia.com.br>. Acesso em : 27 jun. 2015.

BRASIL. Resolução Conama Nº 357 de 2006. Publicada no DOU no 53, de 18 de março de 2005, Seção 1, páginas 58-63.

CASTRO, 2012. Edna. Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas Cad. CRH, Salvador, v. 25, n. 64, jan./apr., 2012.

COSTA,

DUARTE, F. B, 1997. Análise gramatical das orações da língua Tembé. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília.

DUARTE, Fábio Bonfim, 2001. Fonte de Valoração do Caso Ergativo e do caso absolutivo em línguas Indígenas Brasileiras. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG – FALÉ.

FARIA, Ivani Ferreira de, 2003. Território e territorialidade indígenas no Alto Rio Negro. Manaus: UFAM.

FLORESTAS ENGENHARIA LTDA, 2011. Diagnóstico Etnoambiental das Terras Indígenas Tembé Turé-Mariquita I, Turé- Mariquita II e Aldeia Nova. Belém: Florestas Engenharia Ltda.

FOUCAULT, Michel, 1986. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 6ª. Ed.1986.

GALVÃO, E, 1978. Encontro de sociedades. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GEERTZ, Clifford, 2008. A interpretação das Culturas. <http://geografiaacademicadownload.blogspot.com>, acessado em 20 de setembro de 2016.

HOMMA, A. K. O.; FURLAN JÚNIOR, J, 2001. Desenvolvimento da dendeicultura na Amazônia: cronologia. In: MÜLLER, A. A.; FURLAN JÚNIOR, J. Agronegócio do dende:

uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental. p. 193-207.

IANNI, Octavio, 1977. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930- 1970). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2014. [http:// observatoriosocial.org.br](http://observatoriosocial.org.br). Acessado em 26 de Outubro de 2016.

IBGE, 2010. Censo Demográfico. <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 10 de Outubro de 2016.

INSTRUÇÕES de Gerúndio na língua Tembé, 2001. Rev. Liames, Campinas, n. 1, p. 77-90.

MARTINS, José de Souza, 1993. A chegada do estrangeiro. São Paulo: Hucitec.

LEITE, Serafim, 1943. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo III, Livro II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

LOBO, Marco Aurélio Arbage, 1996. Estado e capital transnacional na Amazônia: O caso da ALBRAS-ALUNORTE. Belém: UFPA-NAEA.

MAIA, Maria Lúcia Sá; MOURA, Edila A. Ferreira, 1995. Da Farinha ao Alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A. Ferreira; MAIA Maria Lúcia Sá. (Orgs). Industrialização e Grandes Projetos. Desorganização e Reorganização do Espaço. Belém. Editora Universitária. UFPA, pp. 223-260.

MARQUES, Césas Augusto, 1870. Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão. (3ª ed.) Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon Fon e Seleta. 683 p.

MATTOS, Izabel Missagia, 2005 Missão Religiosa e Violência: Alto Alegre, 1901. Anpuh – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. Brasília: MEC/Secad.

MORAES, José de, 1860. História de Campanha de Jesus na Extincta da Campanha de Jesus Extincta Província do Maranhão e Pará. Rio de Janeiro: Typ. Do Commercio, de Brito e Braga.

NAHUM, João Santos, 2012. Região e representação: a Amazônia nos planos de desenvolvimento, Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, v. XVII, n. 98.. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-985.htm>. Acesso em: 27 jun.2015.

NAHUM, João Santos; BASTOS, Claison Santos, 2013. Impactos socioambientais da dendecultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária. Disponível em: [http://revista.ufr.br/index.php/actageo/issue/ view/117/showToc](http://revista.ufr.br/index.php/actageo/issue/view/117/showToc). Acesso em: 27 jun. 2015.

NAHUM, João Santos; BASTOS, Claison Santos, 2015. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/1113>. Acesso em: 27 jun. 2015.

NAHUM, João Santos; MALCHER, A. T, 2012. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). *Confins* [Online], v. 16. Disponível em: <http://confins.revues.org/7947?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2015.

NAHUN, João Santos. Dinâmicas Territoriais e políticas no município de Barcarena no Estado do Pará. Belém: Açaí, 2011.

NIMUENDAJÚ, C, 1915. Contribuições para o conhecimento da língua Tembé: com algumas observações sobre as tribos da região limítrofe entre os Estados do Pará e Maranhão. Victória.

MÜLLER, A. A.; LEMOS, W. de P.; SOUZA L. A. de; LUNZ, A. M.; FARIA, M. R.; OHASHI, O. S.; CRUZ, J. R. A. C. da; AGUIAR, N. V. de; FERREIRA, R. L. C.; BUECKE, J, 2005. Teste de inseticidas químicos para controle de lagartas de *Eupalamides dedalus* em estipes de dendezeiros. Belém, PA: [s.n.]. Não publicado.

PANDOLFO, C, 1981. A cultura do dendê na Amazônia. Belém-PA. Brasil. Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). 35p.

PARÁ AGRÁRIO, 1999. Informativo da Situação Fundiária. Universidade da Amazônia, UNAMA.

PROÓLEO, 1980 - Programa de Produção de Óleos Vegetais para Fins Energéticos (Resolução nº 7 de 22 de outubro de 1980 da Comissão Nacional de Energia).

RODRIGUES, Roberto. M, 1982. A Amazônia Paraense. Volume 1. Karton Belém.

SANTOS, Cleison Bastos dos, 2015. Dendeicultura e comunidades camponesas da Amazônia paraense: uma análise do município de Moju. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SANTOS, Milton, 2008. *Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos Teóricos e metodológicos da Geografia*. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton, 2008. *Por uma Geografia Nova: da crítica à Geografia a uma Geografia Crítica*. 6. ed. São Paulo: EDUSP.

SANTOS, Milton, 2009. *Pensando o Espaço do Homem*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2009. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton, 2013. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2013. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton, 1995. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014 (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton, 1992. Espaço e Método. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2014. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton, 2013. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 17. ed. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, Milton, 2012. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4ed. São Paulo: Edusp.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura, 2001. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record.

SARTRE, Jena Paul, 1961. Os Condenados da Terra. <http://www.elortiba.org.br>, acessado em 15 de setembro de 2016.

SILVA, Adnilson de Almeida, 2012. A Questão Indígena e os Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental. *Ciencia Geográfica – Bauru – XVI – Vol. XVI – (1): Janeiro/Dezembro.*

SILVEIRA, Maria Laura, 1999. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Revista Território*, ano IV, n. 6. jan/jun.

THURY, J.P; NAHUM, J.S, 2015. Usos do Território em Conflito na Amazônia Paraense: Os Tembés-Turé-Mariquita e a Biopalma em Tomé-Açú. *Latin Americanist Geographers (CLAG).*

VALADÃO, V, 2011. Tembé: histórico do contato. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/epi/Tembév/hist.shtm>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

VALOIS, C. C. A, 1997. Possibilidades da cultura do dendê na Amazônia. Brasília: CENARGEN. 7 p. (Comunicado Técnico, 19).

WAGLEY, C.; GALVÃO, E. Os índios Tenetehara, uma cultura em transição. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1961. 235 p.